

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS |



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

'20



Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	7
I – INTRODUÇÃO	8
II – ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL, PERIMETRO DE CONSOLIDADCAO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO	8
III – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERIMETRO MUNICIPAL	10
IV – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA	13
V – FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	17
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	18
BALANÇO CONSOLIDADO	19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO	20
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	21
DEMONSTRÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEPARADA	22
ANEXO ÀS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM REFERÊNCIA 31 DE DEZEMBRO DE 2020	23
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....	66
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	67
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA	68
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....	69

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Município de Guimarães – Consolidação de Contas – Ano 2020

EDIÇÃO

Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico

Divisão de Contabilidade e Tesouraria

Município de Guimarães

Largo Cónego José Maria Gomes | 4804-534 Guimarães

(+351) 253 421 200 | geral@cm-guimaraes.pt

www.cm-guimaraes.pt

Julho 2021

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

RFALEI	Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais
SATAPOCAL	Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL
MG	Município de Guimarães
QP	Quota Parte
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
CIBE	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
PDM	Plano Diretor Municipal
CP	Curto Prazo
MLP	Médio e Longo Prazos
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
CGD	Caixa Geral de Depósitos
BPI	Banco Português de Investimento
BCP	Banco Comercial Português
NB	Novo Banco
BBVA	Banco Bilbao Vizcaya Argentária
GMG	Grupo Municipal de Guimarães

ORGÃO DE GESTÃO

O ORGÃO DELIBERATIVO

CONTABILISTA PÚBLICO

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



I – INTRODUÇÃO

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais¹ (RFALEI), no seu artigo 75º prevê a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

A prestação de contas consolidada do ano 2020 é apresentada em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Grupo Municipal de Guimarães.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações Financeiras de acordo com o referencial Contabilístico SNC-AP e foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, com exceção do estabelecido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, que ainda não se encontra totalmente implementada.

Até 31 de dezembro de 2019 o MG elaborou, aprovou e publicou, para efeitos de cumprimento da legislação vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL) e da Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010. Em 31 de dezembro de 2020 a preparação destas demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Tendo em conta que as prestações de contas de 2020, das entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação orçamental, de acordo com a NCP 26, foram efetuadas no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às Contas de 2019, nos termos permitidos pelo n.º 2 do art.º 350 da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2021 e que dispõe que a *“prestação de contas relativa a 2020 das entidades pertencentes às Administrações Públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades reclassificadas, pode ser efetuada no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2019”* o perímetro de consolidação orçamental é composto apenas pelo Município de Guimarães, uma vez que as restantes entidades que integram o perímetro de consolidação orçamental não aplicaram a NCP 26.

As contas do Município foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

II – ENTIDADES DO GRUPO MUNICIPAL, PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

O Município de Guimarães detém participação em diversas empresas municipais que integram o Setor Empresarial Local (SEL), bem como noutras entidades locais como cooperativas, fundações, associações, entre outras.

¹ Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

De seguida apresentam-se as entidades do grupo autárquico, o perímetro de consolidação e o respetivo método de consolidação utilizado.

Quadro 1 - Entidades do grupo autárquico

Entidade	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	%	Incluída	Método	Observações
A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Régie Cooperativa	503190985	99 759,58	84,11	SIM	INTEGRAL	
Taipas Turitermas, CIPRL	Cooperativa	501676430	994 584,07	95,47	SIM	INTEGRAL	
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Cooperativa	502301007	3 506 418,00	83,24	SIM	INTEGRAL	
Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL	Cooperativa	504487620	99 759,58	88,68	SIM	INTEGRAL	
Tempo Livre Físical CIPRL	Cooperativa	505197200	59 855,75	89,00	SIM	INTEGRAL	
Casfig - Empresa Municipal, EM	Empresa Municipal	504885855	49 879,79	100,00	SIM	INTEGRAL	
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento Guimarães e Vizela, EIM, S.A.	Empresa Intermunicipal	505993082	450 000,00	90,00	SIM	INTEGRAL	
PIEP Associação - Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	Associação sem fins lucrativos	504943782	7 000,00	3,79	NÃO		
CVR - Centro para a Valorização de Resíduos	Associação sem fins lucrativos	505812657	37 000,00	4,38	NÃO		
Vitrus Ambiente, EM S.A.	Empresa Municipal	509584888	255 343,00	100,00	SIM	INTEGRAL	
Associação Nacional de Municípios Portugueses ANMP	Associação de municípios	501627413	6 071,80		NÃO		6.071,80 - Quota anual
Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	Associação de municípios	502131047	1 427,00		NÃO		1.427,00 - Quota anual
UCCLA - União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas	Associação sem fins lucrativos	501909311	4 500,00		NÃO		4.500,00 - Quota anual
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Associação de municípios	503990698	15 000,00		NÃO		15.000,00 - Quota anual
Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas Documentalistas	Associação sem fins lucrativos	501121250			NÃO		
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Associação de municípios	502622482			NÃO		
Associação das Cidades Património - Organização das Cidades Património Mundial			4 889,40		NÃO		4.889,40 - Quota anual
Associação Norte Cultural	Associação sem fins lucrativos	502885955			NÃO		
Rede de Bibliotecas Associadas da UNESCO					NÃO		
Associação CCG/ZGDV - Centro de Computação Gráfica	Associação sem fins lucrativos	503092584			NÃO		
Fundação Martins Sarmento	Fundação sem fins lucrativos com utilidade pública	508642493		50,00	SIM	MEP	
CIUMED - Rede para a Promoção das Cidades Médias do Sudoeste Europeu					NÃO		
Associação ENERGIE-CITÉS			1 250,00		NÃO		1.250,00 - Quota anual
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Pessoa coletiva pública de natureza associativa, dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, inserida na Administração Autónoma do Estado	508905435	1 500,00		NÃO		1.500,00 - Quota anual
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Associação de municípios	508887780			NÃO		
Fundação Cidade Guimarães	Fundação sem fins lucrativos com utilidade pública	509126693		35,09	SIM	MEP	
APHVIN/GEHVID - Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho		513093702	250,00		NÃO		250,00 - Quota anual
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	Associação sem fins lucrativos	509441092			NÃO		
REC - Associação Rede Economias Criativas		509904238			NÃO		
IDEGUI - Instituto de Design de Guimarães - Associação para a Regeneração Económica	Associação sem fins lucrativos	510421415	120,00		NÃO		120,00 - Quota anual
APCV - Associação Portuguesa de Corredores Verdes		504943278			NÃO		
Fundo de Apoio Municipal	Fundo e serviço autónomo	513319182			NÃO		
Laboratório da Paisagem de Guimarães	Associação sem fins lucrativos	513753362	2 500,00	66,67	SIM	INTEGRAL	2.500,00 - Quota anual / percentagem de votos
APSI Uminho - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Associação sem fins lucrativos	513801820			NÃO		
Fundação Serralves	Fundação sem fins lucrativos com utilidade pública	502266643	25 000,00		NÃO		
ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais		513864202	1 750,00		NÃO		
ProChild CoLAB Against Poverty and Social Exclusion	Associação de direito privado, sem fins lucrativos	515173070	10 000,00		NÃO		10.000,00 - Quota anual
ICLEI - Local Governments for Sustainability - European Secretariat			1 750,00		NÃO		1.750,00 - Quota anual
Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães	Associação sem fins lucrativos	515555010	2 500,00	66,67	SIM	INTEGRAL	2.500,00 - Quota anual / percentagem de votos
AICE - Asociaci3n Internacional de Ciudades Educadoras	Associação sem fins lucrativos				NÃO		

III – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERIMETRO MUNICIPAL

CASFIG

Promoção e gestão do património imobiliário municipal, em especial e primordialmente as habitações sociais do Município de Guimarães. Neste âmbito, para além de assegurar a manutenção e a conservação das habitações de interesse social, desenvolve um conjunto de projetos e ações de âmbito social com objetivo de promover a qualidade de vida das famílias que nelas residem.

Tem também responsabilidades no domínio das carências habitacionais do concelho de Guimarães, bem como na implementação, tramitação e gestão de medidas de apoio à habitação, das quais se destacam a atribuição de habitação social e do Subsídio Municipal ao Arrendamento e o apoio técnico para submissão de candidaturas ao programa porta 65. A CASFIG tem ainda sob sua responsabilidade a limpeza e manutenção das áreas ajardinadas dos empreendimentos de habitação social municipal.

CIÊNCIA VIVA

Promoção da cultura científica e tecnológica designadamente ao nível da educação, contribuindo para uma ação integrada e participada que facilite o desenvolvimento daquela cultura nas novas gerações em particular, e, por conseguinte, de toda a população em geral.

FRATERNA

Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da ação social.

É da sua responsabilidade:

- Eliminar situações de exclusão social;
- Contribuir para a eliminação de situações de pobreza, a nível local e regional;
- Promover ações e campanhas de sensibilização/informação junto da população em geral;
- Desenvolver atividades que contribuam para o processo de coesão social, a nível local, regional, nacional e transnacional;
- Criar e dinamizar um serviço alimentar contra a fome;
- Criar e administrar serviços de apoio a idosos, designadamente, centros de dia, centros de ocupação de tempos livres e serviços de apoio domiciliário;
- Criar e administrar equipamentos sociais de apoio a primeira infância;
- Criar e administrar serviços de apoio a jovens em vias e/ou em situação de exclusão social;
- Criar e administrar serviços de apoio aos desempregados de longa duração;
- Promover formação profissional;
- Prestar apoio técnico e logístico aos membros da Cooperativa que desenvolvam atividades na área de solidariedade social;

- Criar e administrar um fundo de apoio financeiro às entidades membros da Cooperativa, que exerçam funções e atividades a área da solidariedade social.

LABORATÓRIO DA PAISAGEM

Promoção do conhecimento e da inovação, da investigação e da divulgação científica.

Desenvolvimento de atividades dirigidas a toda a comunidade, através de diversas ações integradas das melhores práticas internacionais em políticas do desenvolvimento sustentável, designadamente nas áreas da Educação e Sensibilização Ambiental, com o objetivo de alterar hábitos e comportamentos da sociedade para uma maior sustentabilidade e Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

OFICINA

Promoção e gestão de equipamentos coletivos afetos a atividades socioculturais e no âmbito dos serviços de planificação temporal, programação artística regular e organização de eventos âncora e prestação de serviços na área da cultura e conexos.

TEMPO LIVRE

Gestão de instalações desportivas, organização de eventos, promoção e dinamização da prática desportiva.

É da sua responsabilidade:

- Fomentar a atividade do desporto, utilizando as infraestruturas existentes;
- Incentivar a prática do desporto na comunidade geral;
- Dotar de conhecimentos técnicos os agentes envolvidos nas diversas modalidades;
- Incentivar o espírito do companheirismo e inter ajuda;
- Possibilitar à comunidade em geral, e aos jovens em particular, uma alternativa mais saudável e enriquecedora para a ocupação dos seus tempos livre;
- Integrar crianças e grupos de jovens marginalizados;
- Possibilitar aos jovens fora do sistema educativo, ou fora de qualquer outra estrutura de formação, a igualdade de oportunidades no acesso à prática desportiva;
- Promover ações de formação profissional;
- Promover e participar em festas e festivais, bem como iniciativas de lazer e tempos livres.

TURIPENHA

Gestão do Parque de Campismo da Penha e gestão do equipamento do teleférico.

É da sua responsabilidade:

- A construção e a exploração do Teleférico da Penha;

- Criar ou desenvolver outros equipamentos Turísticos que tenham interesse para a área do Município de Guimarães ou para a Região do Vale do Ave.

TURITERMAS

Gestão dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos e de recreio da Vila das Taipas, bem como a captação e exploração das águas minerais e dos estabelecimentos que lhe são anexos.

É da sua responsabilidade:

- Recuperação, reativação e gestão dos estabelecimentos termais e dos equipamentos turísticos da Vila das Taipas, bem como a captação e exploração das águas minerais e dos estabelecimentos que lhe são anexos;
- Gestão das piscinas, do parque de campismo e de todas as estruturas adjacentes existentes na Vila das Taipas;
- Criar ou desenvolver outros equipamentos termais e turísticos que se venham a considerar necessários para o desenvolvimento da Turitermas e a prossecução do seu objeto;
- Desenvolver atividades de natureza sociocultural e de ocupação dos tempos livres destinados aos utentes dos serviços produzidos;
- Desenvolver ações de formação cooperativa e técnico-profissional destinadas aos trabalhadores da cooperativa.

VIMÁGUA

Gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de drenagem e tratamento de águas residuais na área dos municípios de Guimarães e Vizela.

VITRUS

Atuação no domínio da gestão de resíduos urbanos, limpeza pública e fiscalização do cumprimento do regulamento de gestão de resíduos e limpeza urbana.

Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano.

Exploração do serviço publico de transporte rodoviário de passageiros flexível.

IV – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

A análise económica e financeira consolidada teve como suporte os valores apresentados no balanço de abertura, conforme o Quadro 0 incluído na Nota 0 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, para que existisse comparabilidade entre os anos 2019 e 2020.

Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras consolidadas do período em análise, apresenta-se, em seguida uma análise das principais variações ocorridas na posição financeira e no desempenho.

ESTRUTURA DO ATIVO

ATIVO	31/12/2020 SNC-AP	Peso (%)	31/12/2019 SNC-AP	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Ativos fixos tangíveis	461 729 432,85	85,02%	457 956 399,28	85,54%	3 773 033,57	0,8%
Ativos intangíveis	5 049 149,99	0,93%	5 233 266,79	0,98%	-184 116,80	-3,5%
Propriedade de investimento	2 708 570,16	0,50%	2 719 527,16	0,51%	-10 957,00	-0,4%
Participações financeiras	2 443 098,05	0,45%	2 585 968,84	0,48%	-142 870,79	-5,5%
Outros ativos financeiros	97 992,56	0,02%	73 403,46	0,01%	24 589,10	33,5%
Ativos por impostos diferidos	371 964,49	0,07%	0,00	0,00%	371 964,49	100,0%
Ativo não corrente	472 400 208,10	86,98%	468 568 565,53	87,52%	3 831 642,57	0,8%
Inventários	1 213 937,05	0,22%	1 209 009,55	0,23%	4 927,50	0,4%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	588 743,39	0,11%	249 848,78	0,05%	338 894,61	135,6%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	11 208,04	0,00%	22 163,18	0,00%	-10 955,14	-49,4%
Clientes, contribuintes e utentes	5 378 210,49	0,99%	4 650 876,87	0,87%	727 333,62	15,6%
Estado e Outros Entes Públicos	1 339 055,69	0,25%	1 319 472,13	0,25%	19 583,56	1,5%
Acionistas/sócios/associados	2 346,84	0,00%		0,00%	2 346,84	100,0%
Outros contas a receber	28 918 475,10	5,32%	30 138 176,40	5,63%	-1 219 701,30	-4,0%
Diferimentos	860 958,51	0,16%	913 113,66	0,17%	-52 155,15	-5,7%
Caixa e depósitos bancários	32 382 364,63	5,96%	28 324 492,90	5,29%	4 057 871,73	14,3%
Ativo corrente	70 695 299,74	13,02%	66 827 153,47	12,48%	3 868 146,27	5,8%
Total do Ativo	543 095 507,84	100,00%	535 395 719,00	100,00%	7 699 788,84	1,4%

Na estrutura do ativo verificou-se um aumento de aproximadamente 7,7 Milhões (M) (1,4%), destacando-se a rubrica “Caixa e depósitos bancários”, que comparativamente a 2019 teve um aumento de 14,3%.

ESTRUTURA DO PASSIVO

PASSIVO	31/12/2020 SNC-AP	Peso (%)	31/12/2019 SNC-AP	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Provisões	1 166 410,52	1,47%	1 386 327,47	1,74%	-219 916,95	-15,9%
Financiamentos obtidos	32 271 180,84	40,58%	36 772 211,19	46,07%	-4 501 030,35	-12,2%
Fornecedores	1 288 984,70	1,62%	0,00	0,00%	1 288 984,70	100,0%
Fornecedores de investimento	0,00	0,00%	30 590,84	0,04%	-30 590,84	-100,0%
Outros passivos financeiros	1 378 939,86	1,73%	0,00	0,00%	1 378 939,86	100,0%
Outras contas a pagar	2 295 338,62	2,89%	0,00	0,00%	2 295 338,62	100,0%
Passivo não corrente	38 400 854,54	48,28 %	38 189 129,50	47,84 %	211 725,04	0,6 %
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	74 268,35	0,09%	7 636,89	0,01%	66 631,46	872,5%
Fornecedores	4 348 911,02	5,47%	5 516 040,73	6,91%	-1 167 129,71	-21,2%
Aditamentos de cientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	9 562,50	0,01%	-9 562,50	-100,0%
Estado e outros entes públicos	1 301 590,16	1,64%	900 920,54	1,13%	400 669,62	44,5%
Financiamentos obtidos	7 740 879,19	9,73%	9 501 675,52	11,90%	-1 760 796,33	-18,5%
Fornecedores de investimento	1 046 968,08	1,32%	1 081 170,10	1,35%	-34 202,02	-3,2%
Outras contas a pagar	11 521 295,45	14,49%	11 394 191,87	14,27%	127 103,58	1,1%
Diferimentos	12 999 720,80	16,35%	11 320 387,47	14,18%	1 679 333,33	14,8%
Outros passivos financeiros	2 095 924,66	2,64%	1 900 072,51	2,38%	195 852,15	10,3%
Passivo corrente	41 129 557,71	51,72 %	41 631 658,13	52,16 %	-502 100,42	-1,2 %
Total do Passivo	79 530 412,25	100,00 %	79 820 787,63	100,00 %	-290 375,38	-0,4 %

Na estrutura do passivo houve uma diminuição do passivo corrente de aproximadamente 1,2%. Relevando-se a redução nos “Financiamento obtidos”, que em 2019 registavam o valor de 9,5M e em 2020 7,7M, originando uma variação de 18,5% e redução nos fornecedores que em 2019 registavam o valor de 5,5M e em 2020 4,3M, originando uma variação de 21,2%.

Contudo, esta diminuição não foi acompanhada na rubrica “Diferimentos”, com um aumento de 1,6M (14,8%).

O Passivo não corrente mantem-se estável, com uma ligeira subida de 0,6%.

O Total do Passivo registou uma diminuição de 0,4%.

ESTRUTURA DE DÍVIDAS DE TERCEIROS A CURTO PRAZO

Dívidas de terceiros a curto prazo	31/12/2020 SNC-AP	31/12/2019 SNC-AP	Variação	
			(€)	(%)
Clientes, contribuintes e utentes	5 378 210,49	4 650 876,87	727 333,62	15,6%
Outras contas a receber	28 918 475,10	30 138 176,40	-1 219 701,30	-4,0%
Total	34 296 685,59	34 789 053,27	-492 367,68	-1,4%

No capítulo das dívidas de terceiros a curto prazo verificou-se uma redução de 1,4%, no entanto a rubrica “Clientes, contribuintes e utentes” verificou um aumento de cerca de 727 mil euros (15,6%).

ESTRUTURA DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31/12/2020 SNC-AP		31/12/2019 SNC-AP		Variação 2020-2019
	Valor	%	Valor	%	
Património	254 902 980,84	54,99%	254 866 393,61	55,94%	36 587,23
Reservas	22 339 824,11	4,82%	22 057 669,84	4,84%	282 154,27
Resultados transitados	89 554 950,57	19,32%	86 975 182,30	19,09%	2 579 768,27
Ajustamentos em ativos financeiros	-2 000 002,63	-0,43%	-2 000 002,63	-0,44%	0,00
Outras variações no património líquido	90 643 453,13	19,55%	86 649 236,92	19,02%	3 994 216,21
Resultado líquido do período	5 428 786,11	1,17%	5 275 303,32	1,16%	153 482,79
Interesses que não controlam	2 695 103,46	0,58%	1 751 148,01	0,38%	943 955,45
Total do Património Líquido	463 565 095,59	100,00%	455 574 931,37	100,00%	7 990 164,22

A estrutura do património líquido mantém-se estável.

O balanço consolidado do Grupo Municipal de Guimarães regista um ativo líquido de €543.095.507,84 e um resultado líquido de €5.428.786,11.

Em termos agregados o balanço consolidado quando comparado com o balanço do Município de Guimarães permite verificar o forte peso do município, cuja representatividade é superior a 90% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Rendimentos	2020 SNC-AP	Peso (%)	2019 SNC-AP	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Vendas	6 542 016,29	5,72%	6 299 205,30	5,29%	242 810,99	3,9%
Prestações de serviços e concessões	21 507 000,68	18,80%	22 248 798,72	18,67%	-741 798,04	-3,3%
Impostos, contribuições e taxas	38 621 726,79	33,77%	41 488 601,43	34,82%	-2 866 874,64	-6,9%
Trabalhos para a própria entidade	140 632,38	0,12%	356 669,66	0,30%	-216 037,28	-60,6%
Outros rendimentos e ganhos	9 318 836,89	8,15%	10 239 978,36	8,59%	-921 141,47	-9,0%
Juros e rendimentos similares obtidos	34 575,17	0,03%	7 838,26	0,01%	26 736,91	341,1%
Transferências e subsídios correntes obtidos	38 205 748,33	33,41%	38 519 153,76	32,33%	-313 405,43	-0,8%
Total	114 370 536,53	100,00%	119 160 245,49	100,00%	-4 789 708,96	-4,0%

Nos rendimentos verificou-se uma diminuição em praticamente todos os itens no ano 2020. Tal situação resulta de uma diminuição dos rendimentos de 4%.

ESTRUTURA DE GASTOS

Gastos	2020 SNC-AP	Peso (%)	2019 SNC-AP	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Transferências e subsídios concedidos	10 971 650,21	12,40%	10 528 982,14	11,54%	442 668,07	4,2%
CMVMC	1 875 002,57	2,12%	2 027 015,66	2,22%	-152 013,09	-7,5%
Fornecimentos e serviços externos	31 435 185,81	35,53%	36 303 216,13	39,79%	-4 868 030,32	-13,4%
Gastos com o pessoal	39 862 928,94	45,06%	39 178 901,39	42,94%	684 027,55	1,7%
Outros gastos e perdas	3 428 439,98	3,88%	2 167 435,90	2,38%	1 261 004,08	58,2%
Juros e gastos similares suportados	901 580,20	1,02%	1 040 491,99	1,14%	-138 911,79	-13,4%
Total	88 474 787,71	100%	91 246 043,21	100%	-2 771 255,50	-3,0%

Na estrutura dos gastos também houve uma redução em praticamente todos os itens, à exceção da rubrica “Outros gastos e perdas”.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Resultados	2020 SNC-AP	2019 SNC-AP	Variação
Resultados Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento	26 998 036,30	29 127 751,10	-2 129 715
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	6 352 824,86	6 335 103,97	17 721
Resultado Líquido do Período	5 428 786,11	5 275 303,32	153 483

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Indicadores		2020 SNC-AP	2019 SNC-AP
RENTABILIDADE			
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	1,17%	1,16%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	1,00%	0,99%
Rentabilidade Económica	EBITDA/ATIVO	1,17%	1,18%
Margem EBITDA	EBITDA/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	9,53%	9,05%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo Total	582,88%	570,75%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	85,36%	85,09%
Endividamento	Passivo/Ativo	14,64%	14,91%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/Gastos Financeiros	704,63%	608,86%
LIQUIDEZ			
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	171,88%	160,52%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente	168,93%	157,62%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	78,73%	68,04%

Pela análise dos rácios supracitados, podemos concluir que o Município continua com uma situação económico-financeira equilibrada e estável, com capacidade para financiar 85,36% do seu ativo com recurso ao património líquido.

A liquidez do Município evoluiu favoravelmente, destacando-se a liquidez imediata, em que para tal muito contribui o aumento das disponibilidades, com um aumento de mais de 4M.

Os indicadores de rentabilidade mantiveram-se estáveis face ao ano de 2019.

V – FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Guimarães, 5 de julho de 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Guimarães



(Dr. Domingos Bragança)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade: Grupo Público Município de Guimarães
 Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020

Unidade Monetária: Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		SNC-AP 31/12/2020	POCAL 31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente		472 400 208,10 €	486 926 464,81 €
Ativos fixos tangíveis	5	461 729 432,85 €	475 753 733,62 €
Propriedades de investimento	8	2 708 570,16 €	2 871 967,86 €
Ativos intangíveis	3	5 049 149,99 €	5 641 391,03 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras	18.1A; 20	2 443 098,05 €	2 585 968,84 €
Outros ativos financeiros	18.1A; 18.1E	97 992,56 €	73 403,46 €
Ativos por impostos diferidos		371 964,49 €	0,00 €
Ativo corrente		70 695 299,74 €	66 827 153,47 €
Inventários	10	1 213 937,05 €	1 209 009,55 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		588 743,39 €	0,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		11 208,04 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.1A; 18.1B	5 378 210,49 €	4 650 876,87 €
Estado e outros entes públicos		1 339 055,69 €	1 319 472,13 €
Acionistas/sócios/associados		2 346,84 €	0,00 €
Outras contas a receber	18.1C	28 918 475,10 €	30 410 188,36 €
Diferimentos	18.1D	860 958,51 €	913 113,66 €
Caixa e depósitos	1.2	32 382 364,63 €	28 324 492,90 €
Total Ativo		543 095 507,84 €	553 753 618,28 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		460 869 992,13 €	386 386 367,12 €
Património/Capital	18.2	254 902 980,84 €	254 866 393,61 €
Outros instrumentos de capital próprio	18.2	0,00 €	0,00 €
Reservas	18.2	22 339 824,11 €	27 447 780,53 €
Resultados transitados	18.2	89 554 950,57 €	100 796 892,29 €
Ajustamentos em ativos financeiros	18.2	-2 000 002,63 €	-2 000 002,63 €
Outras variações no património líquido	18.2	90 643 453,13 €	0,00 €
Resultado líquido do período	18.2	5 428 786,11 €	5 275 303,32 €
Interesses que não controlam	18.2	2 695 103,46 €	1 751 148,01 €
Total Património Líquido		463 565 095,59 €	388 137 515,13 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		38 400 854,54 €	38 189 129,50 €
Provisões	15	1 166 410,52 €	1 386 327,47 €
Financiamentos obtidos	6; 7; 18.3.A1; 18.3A2	32 271 180,84 €	34 565 612,56 €
Fornecedores	18.3B	1 288 984,70 €	
Fornecedores de investimentos	18.3B		2 237 189,47 €
Outros passivos financeiros		1 378 939,86 €	0,00 €
Outras contas a pagar	18.3D	2 295 338,62 €	0,00 €
Passivo corrente		41 129 557,71 €	127 426 973,65 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		74 268,35 €	0,00 €
Fornecedores	18.3B	4 348 911,02 €	5 516 040,73 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	9 562,50 €
Estado e outros entes públicos	18.3C	1 301 590,16 €	900 499,27 €
Financiamentos obtidos	6; 7; 18.3.A1; 18.3A2	7 740 879,19 €	9 501 675,52 €
Fornecedores de investimentos	18.3B	1 046 968,08 €	2 246 609,54 €
Outras contas a pagar	18.3D	11 521 295,45 €	12 136 883,10 €
Diferimentos	18.3E	12 999 720,80 €	97 115 702,99 €
Outros passivos financeiros	18.3F	2 095 924,66 €	0,00 €
Total Passivo		79 530 412,25 €	165 616 103,15 €
Total Património Líquido e Passivo		543 095 507,84 €	553 753 618,28 €

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO

Entidade: Município de Guimarães

Demonstração de resultados por natureza consolidado em 31 de dezembro de 2020

Unidade Monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Datas	
		SNC-AP 2020	POCAL 2019
Impostos, contribuições e taxas	14	38 621 726,79 €	41 488 601,43 €
Vendas	13	6 542 016,29 €	6 299 205,30 €
Prestações de serviços e concessões	13	21 507 000,68 €	22 248 798,72 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	38 205 748,33 €	38 519 153,76 €
Variação nos inventários da produção		-3 190,86 €	5 564,82 €
Trabalhos para a própria entidade	14	140 632,38 €	356 669,66 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-1 875 002,57 €	-2 027 015,66 €
Fornecimentos e serviços externos	23.2	-31 435 185,81 €	-36 303 216,13 €
Gastos com pessoal	19	-39 862 928,94 €	-39 178 901,39 €
Transferências e subsídios concedidos	23.3	-10 971 650,21 €	-10 528 982,14 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		87 410,52 €	19 843,85 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	293 933,58 €	6 611,48 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		-142 870,79 €	148 874,94 €
Outros rendimentos e ganhos	13; 14	9 318 836,89 €	10 239 978,36 €
Outros gastos e perdas		-3 428 439,98 €	-2 167 435,90 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		26 998 036,30 €	29 127 751,10 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3; 5	-20 645 211,44 €	-22 792 647,13 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		6 352 824,86 €	6 335 103,97 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	34 575,17 €	7 838,26 €
Juros e gastos similares suportados	7	-901 580,20 €	-1 040 491,99 €
Resultado antes de impostos		5 485 819,83 €	5 302 450,24 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		5 485 819,83 €	5 302 450,24 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Interesses que não controlam		57 033,72	27 146,92
Resultado líquido consolidado		5 428 786,11 €	5 275 303,32 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Entidade: Município de Guimarães

Demonstração consolidada das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2020

Unidade Monetária: Euro

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade mãe										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Outros instrum. de capital próprio	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		254 866 393,61	0,00	8 217 945,89	19 229 834,64	100 796 892,29	-2 000 002,63	0,00	0,00	5 275 303,32	386 386 367,12	1 751 148,01	388 137 515,13
													0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0	0,00	0,00	0,00	-5 390 110,69	-15 880 355,15	0,00	0,00	86 649 236,92	0,00	65 378 771,08		65 378 771,08
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências e subsídios de capital	18.2	0,00	0,00	0,00	0,00	156 444,77	0,00	0,00	7 988 260,30	0,00	8 144 705,07		8 144 705,07
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	-77 220,20	0,00	0,00	269 452,49	0,00	192 232,29		
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18.2	36 587,23	0,00	276 589,47	5 564,80	4 546 926,52	0,00	0,00	-4 263 496,58	-5 275 303,32	-4 673 131,88	943 955,45	-4 673 131,88
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
		36 587,23		276 589,47	-5 384 545,89	-11 254 204,06	0,00	0,00	90 643 453,13	-5 275 303,32	69 042 576,56	943 955,45	69 986 532,01
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 428 786,11	5 428 786,11		5 428 786,11
RESULTADO INTEGRAL										153 482,79	74 471 362,67		74 471 362,67
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													0,00
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	865,00		865,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	12 262,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	12 262,34	0,00	0,00	0,00	0,00	865,00		865,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		254 902 980,84	0,00	8 494 535,36	13 845 288,75	89 554 950,57	-2 000 002,63	0,00	90 643 453,13	5 428 786,11	460 869 992,13	2 695 103,46	463 565 095,59

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEPARADA

Entidade: Município de Guimarães

Demonstração dos fluxos de caixa separada, do período findo em 31 de dezembro de 2020

Unidade Monetária: Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		SNC-AP 2020	POCAL 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		32 331 353,01 €	31 234 839,72 €
Recebimentos de contribuintes		35 942 635,42 €	38 439 540,26 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		37 374 170,11 €	34 236 568,83 €
Recebimentos de utentes		3 522 606,39 €	4 263 741,84 €
Pagamentos a fornecedores		-41 311 655,52 €	-40 989 470,06 €
Pagamentos ao pessoal		-37 606 914,08 €	-37 539 568,19 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-17 520 003,17 €	-16 055 644,12 €
Caixa gerada pelas operações		12 732 192,16 €	13 590 008,28 €
Outros recebimentos/pagamentos		8 797 307,36 €	6 452 298,10 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		21 529 499,52 €	20 042 306,38 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-21 450 153,02 €	-19 298 326,19 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-616 992,78 €	-293 992,68 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-8 421,29 €	-7 272,19 €
Pagamentos - Outros ativos		-6 860,88 €	-5 447,85 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		187 524,12 €	190 781,55 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		91 385,93 €	77 471,86 €
Recebimentos - Outros ativos		217,95 €	0,00 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		616 944,94 €	152 560,63 €
Recebimentos - Transferências de capital		10 620 365,15 €	6 795 960,63 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-10 565 989,88 €	-12 388 264,24 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		1 439 166,00 €	1 226 491,01 €
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		865,00 €	105,00 €
Recebimentos - Doações		1 534,75 €	3 726,56 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		35 003,69 €	14 558,42 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-7 500 438,04 €	-8 110 243,63 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-878 018,04 €	-1 015 300,38 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-1,33 €	-33 517,68 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-6 901 887,97 €	-7 914 180,70 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		4 061 621,67 €	-260 138,56 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1	28 320 742,96 €	28 479 654,09 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	32 382 364,63 €	28 219 515,53 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		28 320 742,96 €	28 479 654,09 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		28 320 742,96 €	28 479 654,09 €
SGA De execução orçamental		16 334 866,77 €	15 117 394,00 €
SGA De operações de tesouraria		11 985 876,19 €	13 362 260,09 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		32 382 364,63 €	28 219 515,53 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		32 382 364,63 €	28 219 515,53 €
SGS De execução orçamental		44 368 240,82 €	41 581 775,62 €
SGS De operações de tesouraria		-11 985 876,19 €	-13 362 260,09 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM REFERÊNCIA 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Introdução

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Município de Guimarães, relativas ao exercício de 2020, reportado a 31 de dezembro, foram elaboradas nos termos da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As notas às demonstrações financeiras separadas apresentam as informações relevantes para a sua melhor compreensão.

As notas respeitam à numeração sequencial definida no SNC-AP.

As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demais demonstrações financeiras.

Todos os valores estão expressos em euros.

NOTA 0 – Adoção pela primeira vez do sistema de normalização contabilístico para a administração pública (SNC-AP) – Divulgação transitória

As Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações Financeiras de acordo com o referencial Contabilístico SNC-AP e foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, com exceção do estabelecido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, que ainda não se encontra totalmente implementada.

Até 31 de dezembro de 2019 o MG elaborou, aprovou e publicou, para efeitos de cumprimento da legislação vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL) e da Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010. Em 31 de dezembro de 2020 a preparação destas demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção deste novo referencial contabilístico implicou a realização de alguns ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior, isto é, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Os ajustamentos realizados relacionaram-se com reclassificações, desreconhecimentos e outros de ativos e passivos que na transição para o SNC-AP tiveram de ser reconhecidos noutras rubricas, tal como é demonstrado no quadro da reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP.

Quadro 0 – Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

RUBRICAS DO BALANÇO (1)	Notas	Valores POCAL 31/12/2019 (2)	Reconhecimento (3)	Desreconhecimento (4)	Critério de mensuração (5)	Imparidades/ reversões (6)	Outros (7)	Retificações (8)	Reclassificações (9)	SNC-AP 01/01/2020 (10)=(2)+...+(9)
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis	1,9;10	475 753 733,62		-292 315,21			-17 312 879,50		-192 139,63	457 956 399,28
Propriedades de investimento	10	2 871 967,86					-152 440,70			2 719 527,16
Ativos intangíveis	1; 8	5 641 391,03		-600 263,87					192 139,63	5 233 266,79
Participações financeiras		2 585 968,84								2 585 968,84
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										0,00
Outros ativos financeiros		73 403,46								73 403,46
		486 926 464,81								468 568 565,53
Ativo corrente										
Inventários		1 209 009,55								1 209 009,55
Ativos biológicos										0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2								249 848,78	249 848,78
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	14								22 163,18	22 163,18
Clientes, contribuintes e utentes		4 650 876,87								4 650 876,87
Estado e outros entes públicos		1 319 472,13								1 319 472,13
Outras contas a receber	2;3;14	30 410 188,36							-272 011,96	30 138 176,40
Diferimentos		913 113,66								913 113,66
Ativos financeiros detidos para negociação										0,00
Outros ativos financeiros										0,00
Caixa e depósitos		28 324 492,90								28 324 492,90
		66 827 153,47								66 827 153,47
Total do ativo		553 753 618,28								535 395 719,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património/Capital		254 866 393,61								254 866 393,61
Ações (quotas) próprias										0,00
Outros instrumentos de capital próprio										0,00
Prémios de emissão										0,00
Reservas	12	27 447 780,53		-892 579,08			-12 929 130,91		-5 390 110,69	22 057 669,84
Resultados transitados		100 796 892,29								86 975 182,30
Ajustamentos em ativos financeiros		-2 000 002,63								-2 000 002,63
Excedentes de revalorização										0,00
Outras variações no património líquido	4;11;12						-4 536 189,29		91 185 426,21	86 649 236,92
Resultado líquido do período		5 275 303,32								5 275 303,32
Interesses que não controlam		1 751 148,01								1 751 148,01
Total do Património Líquido		388 137 515,13								455 574 931,37
PASSIVO										
Passivo não corrente										
Provisões		1 386 327,47								1 386 327,47
Financiamentos obtidos	15	34 565 612,56							2 206 598,63	36 772 211,19
Fornecedores de investimentos	15	2 237 189,47							-2 206 598,63	30 590,84
Responsabilidades por benefícios pós-emprego										0,00
Outras contas a pagar										0,00
		38 189 129,50								38 189 129,50
Passivo corrente										
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	5								7 636,89	7 636,89
Fornecedores		5 516 040,73								5 516 040,73
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		9 562,50								9 562,50
Estado e outros entes públicos	6	900 499,27							421,27	900 920,54
Financiamentos obtidos		9 501 675,52								9 501 675,52
Fornecedores de investimentos	13	2 246 609,54							-1 165 439,44	1 081 170,10
Outras contas a pagar	5;6;7;13	12 136 883,10							-742 691,23	11 394 191,87
Diferimentos	4	97 115 702,99							-85 795 315,52	11 320 387,47
Passivos financeiros detidos para negociação										0,00
Outros passivos financeiros	13								1 900 072,51	1 900 072,51
		127 426 973,65								41 631 658,13
Total do Passivo		165 616 103,15								79 820 787,63
Total do Património Líquido e Passivo		553 753 618,28								535 395 719,00

Notas:

- 1) Reclassificados o que no POCAL se designava por “Imobilizações corpóreas”, no montante de 192.139,63€, para a conta de "Ativos intangíveis" no SNC-AP.
- 2) Reclassificados o que no POCAL se designava por “Outros devedores”, no montante de 249.848,78€, para a conta "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis" no SNC-AP.
- 3) Incluído o que no POCAL se designava por “Acréscimo de proveitos”, no montante de 27.717.758,03€, para a conta "Outras contas a receber" no SNC-AP.
- 4) Reclassificados o que no POCAL se designava por “Proveitos diferidos - subsídios para investimentos”, no montante de 85.795.315,52€, para a conta "Outras variações no património líquido" no SNC-AP.
- 5) Reclassificados o que no POCAL se designava por “Outros Credores”, no montante de 7.636,89€, para a conta "Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis" no SNC-AP.
- 6) Reclassificados o que no POCAL se designava por “Outros Credores”, no montante de 421,27€, para a conta "Estado e outros entes públicos" no SNC-AP.

- 7) Incluído o que no POCAL se designava por “Acréscimos de custos”, no montante de 7.275.579,07€, para a conta "Outras contas a pagar" no SNC-AP.
- 8) Desreconhecimento dos ativos intangíveis de acordo com a transição para o SNC-AP no montante de 2.500.340,85€ e correspondentes depreciações no montante de 1.900.076,98€ - valor líquido de 600.263,87€.
- 9) Desreconhecimento dos ativos tangíveis de acordo com a transição para o SNC-AP no montante de 292.315,21€
- 10) Regularização decorrente da alteração das taxas de depreciação de acordo com a transição para o SNC-AP nos Ativos fixos tangíveis no montante de 21.566.041,90€ e nas Propriedades de investimento, no montante de 152.440,70€.
- 11) Regularização dos subsídios ao investimento, no montante de 4.536.189,29€, na conta de Outras variações no património líquido decorrente da alteração das taxas de depreciação de acordo com a transição para o SNC-AP.
- 12) Reclassificados o que no POCAL se designava por “Subsídios”, no montante de 2.362.036,75€, "Doações", no montante de 1.563.558,52 e "Reservas decorrentes de transferências de ativos", no montante de 478.385,19€, para a conta "Outras variações no património líquido" no SNC-AP.
- 13) Reclassificados o que no POCAL se designava por “Garantias e cauções”, no montante de 1.165.439,44€ e "Outros credores - cauções", no montante de 734.633,07€, para a conta "Outros passivos financeiros" no SNC-AP.
- 14) Reclassificado o que no POCAL se designava por “Outras contas a receber”, no montante de 22.163,18€, para a conta "Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis" no SNC-AP.
- 15) Reclassificados o que no POCAL se designava por “fornecedores de imobilizado”, no montante de 2.206.598,63€, para a conta "Financiamentos obtidos" no SNC-AP, referente às locações financeiras.

Nota 1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade e período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Municipal de Guimarães (GMG) foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas de consolidação de contas para a Administração Pública.

O grupo municipal é composto pelo município de Guimarães e pelas participadas nas quais o MG detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método de equivalência patrimonial).

Quadro 1.1 A - Entidades incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua inclusão	OBS.
Município de Guimarães	Largo Cónego José Maria Gomes 4800-419 Guimarães		Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).	
CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, Unipessoal, LDA., E.M.	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 354 Azurém 4800-019 Guimarães	100%	Entidade com capital detido a 100% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Vitrus Ambiente – E.M., S.A.	Av. Cónego Gaspar Estaço, n.º 606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães	100%	Entidade com capital detido a 100% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A.	Rua Rei do Pegu n.º 172 S. Sebastião 4810-025 Guimarães	90%	Entidade com capital detido a 90% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua inclusão	OBS.
Turitermas – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada	Largo das Termas Caldas das Taipas 4805-079 Guimarães	95,47%	Entidade com capital detido a 95,54% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Turipenha – Cooperativa de Turismo de Interesse Público de Responsabilidade Limitada	Estação Inferior do Teleférico Rua Aristides Sousa Mendes n.º 37 Costa 4810-025 Guimarães	83,24%	Entidade com capital detido a 83,24% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Av. D. Afonso – Henriques n.º 701 Palácio Vila Flor 4810-431 Guimarães	84,11%	Entidade com capital detido a 84,11% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Tempo Livre – Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada	Alameda Cidade de Lisboa Creixomil 4835-037 Guimarães	89%	Entidade com capital detido a 89% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada	Travessa de Vila Verde S. Sebastião 4800-435 Guimarães	88,68%	Entidade com capital detido a 88,68% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Laboratório da Paisagem	Rua da Ponte Romana, Creixomil 4835-095 Guimarães	66,67%	Percentagem de voto.	
Curtir Ciência – Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães	Rua da Ramada, n.º 166 4810-445 Guimarães	66,67%	Percentagem de voto.	

Quadro 1.1 B - Entidades incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua inclusão	OBS.
Fundação Cidade de Guimarães (a)	Palácio Vila Flor Av. D. Afonso Henriques, 701 4810-431 Guimarães	35,09%	Entidade com capital detido a 35,09% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
Fundação Martins Sarmento	Rua Paio Galvão 4814-509 Guimarães	50%	Entidade com capital detido a 50% pelo Município de Guimarães nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	

(a) A Fundação Cidade de Guimarães foi extinta através do Decreto-Lei n.º 56/2014, de 10 de abril.

Quadro 1.1 C - Entidades participadas excluídas da consolidação

Denominação da Entidade	Sede Social	% Capital detido	Motivos da sua não inclusão	OBS.
Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	Universidade do Minho Campus Azurém 4800-058 Guimarães	3,79%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
CVR – Centro para a Valorização de Resíduos	Universidade do Minho Campus Azurém 4800-058 Guimarães	4,38%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
APSI UMinho – Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Campus Gualtar 4710-057 Braga	10%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	
FAM – Fundo de Apoio Municipal	Rua Professor Gomes Teixeira, n.º 2 – 1º piso 1399-022 Lisboa	0,56%	Entidade não incluída nos termos do n.º 3 do artigo 75.º do RFALEI.	

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). Para o efeito, foi elaborado um balanço de abertura de 1 de janeiro de 2020 de acordo com o manual de implementação do SNC-AP.

O Balanço e a Demonstração de Resultados de 2020 foram preparados de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Administrações Públicas.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes do balanço e da demonstração dos resultados a 31/12/2020 não são comparáveis com os valores a 31/12/2019, atendendo a que os valores comparativos não foram reexpressos de acordo com o novo normativo, implicando a perda de comparabilidade entre 2019 e 2020.

c) Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável

Nos termos das divulgações exigidas pela adoção pela primeira vez do SNC-AP (Divulgação Transitória), são apresentadas as principais reclassificações em termos de POCAL para SNC-AP, na nota 0 do presente anexo.

d) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários do Grupo municipal de Guimarães. Importa referir que de acordo com a deliberação da câmara municipal de 13/01/2005, a importância em numerário existente em caixa, da entidade mãe, o MG, não deve ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da Câmara Municipal de Guimarães, ou seja, não deve ultrapassar o limite de 50.000,00€.

Sempre que no final do dia se apure um montante superior ao limite acima referido, o mesmo deverá ser depositado em contas bancárias tituladas pelo Município no dia útil seguinte.

e) De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1.2 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2020	2019
Caixa	209 144,66 €	120 718,82 €
Depósitos à ordem	30 219 645,94 €	28 150 495,50 €
Depósitos bancários à ordem	30 219 645,94 €	28 150 495,50 €
Outros depósitos	1 953 574,03 €	42 617,00 €
Depósitos a prazo	42 617,24 €	42 617,00 €
Depósitos a consignados	0,00 €	0,00 €
Depósitos de garantias e cauções	1 910 956,79 €	0,00 €
Total de caixa e depósitos	32 382 364,63 €	28 313 831,32 €

O MG reconheceu pela primeira vez em 2020 as garantias e cauções prestadas por terceiros na sua conta “outros depósitos”, razão pela qual o comparativo de 2020 não apresenta qualquer valor na rubrica de “Depósitos de garantias e cauções”. Estes montantes estavam incluídos na conta “depósitos à ordem”.

Nota 2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

Compreende, essencialmente, projetos de desenvolvimento, licenças de software, programas de computador, entre outros.

Um ativo intangível, como o caso dos projetos de desenvolvimento, apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado, e se o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, começando quando o ativo está disponível para uso. Para o efeito são consideradas as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos intangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2019.

A amortização das licenças de software e programas de computador devem refletir o período pelo qual se espera que o ativo gere benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que é definida de acordo com o uso esperado desse ativo,

período de utilização previsto em acordos e contratos, ou então determinada pela obsolescência resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes (ou linha reta).

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta), a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, tendo em consideração a sua obsolescência técnica ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2019, exceto os edifícios e outras construções, cuja vida útil, foi atualizada conforme o pressuposto no Classificador Complementar 2 (CC2).

Ativos Fixos Tangíveis	Vida útil CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 20 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamento biológico	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

É prática do Município utilizar para a generalidade dos seus ativos a vida útil estipulada pelo Classificador Complementar 2 (CC2), contudo, atendendo a que este veio estipular uma vida útil de 10 a 20 anos para as infraestruturas, trazendo assim uma alteração significativa ao que vinha sendo praticado pelo Município, entendeu-se que, após parecer do Departamento de Obras Municipais, desta autarquia, determinadas infraestruturas terão uma duração superior à determinada pelo CC2, dada a natureza granítica de vários materiais utilizados na rede viária, adotando-se as vidas úteis constantes no seguinte quadro:

Natureza de material	Vida útil
Calçada à fiada	50 anos
Calçada à portuguesa de granito	50 anos
Lajeado de granito	50 anos
Cubo de granito	50 anos
Microcubo de calcário	50 anos
Pedra do chão (ex. em passeios)	20 anos
Betonilha esquartelada (ex. em passeios)	20 anos
Alvenaria de granito (ex. em muros)	150 anos
Betão ciclópico (ex. em muros)	80 anos

Os gastos de conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, nem resultem em outros benefícios económicos, como o aumento da capacidade ou potência, entre outros, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os investimentos em curso constituem ativos que se encontram na fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida.

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, não estando ao serviço da atividade operacional do Município.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração, para os bens adquiridos após 01.01.2020, as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens.

Propriedades de Investimento	Vida útil CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas foram mensurados pelo custo de aquisição, segundo a NCP 21 que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras separadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

Imparidade de Ativos

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber.

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando deve ser reconhecido. Como tal, este é reconhecido quando for provável que derivem para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Foi utilizada a melhor estimativa do risco fornecida pela Divisão Jurídica e pelas Sociedades de Advogados contratadas em regime de avença.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Dívidas a Receber e a Pagar

As dívidas a receber são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Acréscimos

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores.

Foram considerados em acréscimos de rendimentos relativos a impostos diretos correspondentes ao mês de dezembro e recebidos apenas em janeiro de 2021, bem como a imputação do rendimento relativo ao Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama do ano 2020 cuja cobrança apenas ocorrerá em 2021, transferências no âmbito de contratos de emprego e inserção, refeições escolares relativas a 2020, entre outros.

Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados que em 31 de dezembro de 2020 os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2021, consumo de eletricidade, água, comunicações, prestações de serviços, cuja despesa apenas irá ocorrer no exercício seguinte.

Diferimentos

Compreende os gastos e os rendimentos que devam ser reconhecidos em 2021 ou seguintes, em cumprimento do regime do acréscimo ou periodização económica, cujo pagamento/contabilização já ocorreu em 2020, nomeadamente, rendas, prestações de serviços, entre outros.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição, horas extraordinárias, senhas de presença, despesas de representação, ajudas de custo, abono para falhas, subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Foi adotado o custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período de relato e do custo de itens semelhantes comprados durante esse período.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras teve em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de que a Câmara Municipal da Guimarães continuará a sua atividade.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Consistência de Apresentação

Com a implementação em 2020 do SNC-AP, existe a obrigatoriedade da apresentação de novos modelos de demonstrações financeiras, impedindo assim a consistência ao nível da apresentação.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não devem ser compensados.

Informação Comparativa

As demonstrações financeiras devem permitir uma análise comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Considerando o novo normativo, as contas não são comparáveis, dado o Município ter optado por não reexpressar o comparativo.

2.3 Julgamento (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Não foram efetuados juízos de valor.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações foram elaboradas numa perspetiva de continuidade.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros.

Com a adoção do SNC-AP, e aplicando a Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) n.º 22 “Subsídios e outros apoios das entidades públicas”, os subsídios ao investimento não reembolsáveis devem ser reconhecidos inicialmente no património líquido e imputados numa base sistemática a rendimentos durante os períodos inicialmente necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as depreciações. Assim, foi transferido do passivo para o património líquido o valor de 85.795.315,52€.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante a ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação

das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospectiva.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, foi atualizada a vida útil dos ativos fixos tangíveis- edifícios e outras construções de acordo com o CC2, originando alterações no valor das depreciações e na imputação dos subsídios ao investimento respetivo. Foi também alterada a estimativa do IMI constante no ativo devido à revisão dos pressupostos inerentes à estimativa, com efeito de 1.668.870,24€ em resultados transitados.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores.

Não foram reportados erros materiais.

Nota - 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, dispêndios com programas de computador e sistemas de informação, bem como projetos de desenvolvimento entre outros, estando reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

A norma dos ativos intangíveis (NPC 3) veio determinar o tratamento contabilístico a dar a este tipo de ativos, estipulando que não deve ser reconhecido qualquer ativo intangível na fase da pesquisa, pois a entidade não pode demonstrar que esse ativo gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que o dispêndio em pesquisa, deverá ser reconhecido como um gasto.

No cumprimento deste pressuposto e uma vez que o Município havia reconhecido diversos ativos que agora não satisfazem a definição do mesmo, nomeadamente, projetos de especialidades, levantamentos topográficos, estudos, entre outros, relativos a obras que não foram executadas e para os quais não se prevê a sua execução, houve a necessidade de se proceder ao desreconhecimento do valor total de 2.500.340,85€.

Importa ainda referir que se evidenciou um aumento dos ativos intangíveis no valor de 192.139,63€, decorrente dos ajustamentos efetuados no âmbito da transição para SNC-AP, visto que no anterior regime contabilístico estavam reconhecidos como ativos fixos tangíveis (por ex. software).

Vida útil

Para os ativos intangíveis adquiridos após 01/01/2020, o período de vida útil é definido pelo previsto no CC2. Para os anos anteriores é o definido pelo CIBE.

Contudo, importa referir que para as licenças de software e programas de computador, o período de vida útil é determinado pelo serviço do Município responsável pela sua gestão e em função do tempo em que tiver lugar a utilização.

Nas fichas de cadastro, para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta a informação atualizada relativa à sua vida útil, valor de aquisição, amortização acumulada, valor líquido, bem como outras informações.

Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

Variação das amortizações

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2020, a variação na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, é apresentada no seguinte quadro:

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	1 632 884,74 €	1 513 663,57 €	0,00 €	119 221,17 €	1 962 033,69 €	1 667 127,14 €	0,00 €	294 906,55 €
Programas de computador e sistemas de informação	4 270 724,66 €	2 931 685,27 €	0,00 €	1 339 039,39 €	4 616 931,60 €	3 121 520,44 €	0,00 €	1 495 411,16 €
Propriedade industrial e intelectual	208 815,10 €	30 130,02 €	0,00 €	178 685,08 €	208 915,10 €	38 742,40 €	0,00 €	170 172,70 €
Outros	3 989 154,74 €	1 115 023,35 €	0,00 €	2 874 131,39 €	4 050 654,74 €	1 236 876,29 €	0,00 €	2 813 778,45 €
Ativos intangíveis em curso	687 085,19 €	0,00 €	0,00 €	687 085,19 €	274 881,13 €	0,00 €	0,00 €	274 881,13 €
TOTAL	10 788 664,43 €	5 590 502,21 €	0,00 €	5 198 162,22 €	11 113 416,26 €	6 064 266,27 €	0,00 €	5 049 149,99 €

Quantia escriturada e variações do período

Durante o período económico de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte.

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	119 221,17 €	0,00 €	335 513,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-159 827,87 €	0,00 €	0,00 €	294 906,55 €
Programas de computador e sistemas de informação	1 337 692,64 €	199 647,68 €	234 770,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-252 587,54 €	0,00 €	-24 111,73 €	1 495 411,16 €
Propriedade industrial e intelectual	178 685,08 €	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 612,38 €	0,00 €	0,00 €	170 172,70 €
Outros	2 874 131,39 €	0,00 €	61 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-121 852,94 €	0,00 €	0,00 €	2 813 778,45 €
Ativos intangíveis em curso	690 160,19 €	398 656,02 €	-813 935,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	274 881,13 €
TOTAL	5 199 890,47 €	598 403,70 €	-182 151,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-542 880,73 €	0,00 €	-24 111,73 €	5 049 149,99 €

Desagregação das adições

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições

RUBRICAS (1)	Adições									
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Doação em pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)	Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	103 162,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	96 484,77 €	199 647,68 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100,00 €	100,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	398 656,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	398 656,02 €
TOTAL	0,00 €	501 818,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	96 584,77 €	598 403,70 €

Desagregação das diminuições

No seguinte quadro, encontram-se as diminuições do período:

Quadro 3.2B – Ativos intangíveis – diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (2) + (3) + (4) + (5)
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-24 111,73 €	-24 111,73 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-24 111,73 €	-24 111,73 €

De referir que o equipamento abatido se deveu essencialmente a softwares que já não se encontravam em uso, por se verificar uma obsolescência tecnológica dos mesmos.

Nota - 4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, apenas a recebimentos.

O modelo de compensação dos concessionários é o da atribuição de um direito.

Quadro 4.1 - Concessões – Concedente

	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração do serviço público de transportes coletivos urbanos de passageiros dentro da área do concelho de Guimarães	Sociedade Transurbanos de Guimarães - Transportes Públicos, Lda.		5 anos				
Exploração da concessão de distribuição de energia elétrica, compreendendo a área de Moreira de Cónegos	A Elétrica de Moreira de Cónegos, C.R.L.	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública.	5 anos				
Exploração da concessão de distribuição de energia elétrica	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública. Postos de transformação e os direitos sobre os locais onde se encontram implantadas as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.	20 anos				
Concessão, construção e exploração do crematório de Guimarães	Servilusa - Crematório de Guimarães, Lda.	Terreno	25 anos				

A construção do edifício inerente à concessão do crematório (no montante total de 380.000,00€), iniciou-se em julho de 2020, no entanto não está ainda concluída à data do presente relatório. Atendendo ao facto de os valores em causa não serem significativos no ano de 2020, não foi relevado contabilisticamente este acordo de concessão.

Nota - 5 —Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo municipal de Guimarães encontram-se reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e qualquer eventual perda por imparidade. O custo inclui o custo de compra, e outros custos necessários para colocarem o ativo a funcionar da forma pretendida.

Os custos subsequentes ao início de funcionamento do ativo, são devidamente analisados em função dos benefícios económicos ou potencial de serviço que irão trazer para o ativo, determinando-se se se trata de um custo de reparação e manutenção, sendo deste modo considerado um gasto, ou se, pelo contrário, se trata de uma benfeitoria ao bem e como tal será reconhecido como ativo.

Destaca-se ainda que no cumprimento do pressuposto determinado na norma dos ativos intangíveis (NPC 3), em que não deve ser reconhecido qualquer ativo na fase da pesquisa, foram desreconhecidos ativos num valor total de 292.315,21€, que apesar de estarem reconhecidos nos ativos fixos tangíveis, diziam respeito a estudos e projetos de obras que acabaram por não se executar e para as quais não se prevê a sua execução.

Finalmente, com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o Grupo municipal de Guimarães atualizou as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis respeitantes aos edifícios e outras construções, de acordo com o pressuposto no Classificador Complementar 2 (CC2). Esta atualização originou uma menor vida útil remanescente para esta classe de ativos, e, consequentemente, originou um grande impacto negativo no património líquido, totalizando o valor de 17.312.879,50€.

Vida útil

Para a generalidades dos ativos fixos tangíveis, o período de vida útil é o previsto no Classificador Complementar 2 (CC2), exceto as infraestruturas rodoviárias, tal como já mencionado na nota 2, em que as vidas úteis das depreciações poderão variar entre 20 e 150 anos.

À data do presente relato as fichas de cadastro de cada bem encontram-se atualizadas com informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, valor de aquisição, depreciação acumulada, valor líquido, entre outras informações.

Métodos de depreciação

As depreciações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

Variação das depreciações

A variação da quantia escriturada e depreciações dos ativos fixos tangíveis, durante o período económico de 2020, é apresentada no seguinte quadro.

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	12 282 955,76 €	0,00 €	0,00 €	12 282 955,76 €	12 670 879,09 €	0,00 €	0,00 €	12 670 879,09 €
Edifícios e outras construções	13 954 880,75 €	8 666 391,15 €	0,00 €	5 288 489,60 €	14 003 274,63 €	9 053 399,71 €	0,00 €	4 949 874,92 €
Infraestruturas	313 814 413,01 €	176 150 931,47 €	0,00 €	137 663 481,54 €	315 243 340,56 €	183 583 717,64 €	0,00 €	131 659 622,92 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 658,00 €	0,00 €	0,00 €	5 658,00 €
Outros bens de domínio público em curso	1 159 932,61 €	0,00 €	0,00 €	1 159 932,61 €	4 599 285,33 €	0,00 €	0,00 €	4 599 285,33 €
	341 212 182,13 €	184 817 322,62 €	0,00 €	156 394 859,51 €	346 522 437,61 €	192 637 117,35 €	0,00 €	153 885 320,26 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	47 842 027,61 €	0,00 €	0,00 €	47 842 027,61 €	48 039 163,05 €	0,00 €	0,00 €	48 039 163,05 €
Edifícios e outras construções	244 010 809,43 €	54 555 762,81 €	215 128,37 €	189 239 918,25 €	247 936 255,42 €	58 870 571,58 €	215 128,37 €	188 850 555,47 €
Equipamento básico	110 834 706,03 €	64 448 402,84 €	649 615,41 €	45 736 687,78 €	116 290 917,94 €	69 877 880,70 €	649 615,41 €	45 763 421,83 €
Equipamento de transporte	11 328 320,21 €	7 958 170,39 €	0,00 €	3 370 149,82 €	10 894 001,54 €	7 933 699,32 €	0,00 €	2 960 302,22 €
Equipamento administrativo	7 878 232,90 €	6 943 069,85 €	0,00 €	935 163,05 €	8 100 592,51 €	7 267 742,54 €	0,00 €	832 849,97 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	22 484 106,40 €	15 531 482,47 €	9 757,26 €	6 942 866,67 €	23 006 642,57 €	16 585 798,52 €	9 757,26 €	6 411 086,79 €
Ativos fixos tangíveis em curso	7 500 911,76 €	0,00 €	0,00 €	7 500 911,76 €	14 986 733,26 €	0,00 €	0,00 €	14 986 733,26 €
	451 879 114,34 €	149 436 888,36 €	874 501,04 €	301 567 724,94 €	469 254 306,29 €	160 535 692,66 €	874 501,04 €	307 844 112,59 €
TOTAL	793 091 296,47 €	334 254 210,98 €	874 501,04 €	457 962 584,45 €	815 776 743,90 €	353 172 810,01 €	874 501,04 €	461 729 432,85 €

Quantia escriturada e variações do período

Os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações do período, foram os seguintes:

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações no período								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	12 282 955,76 €	388 277,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-354,20 €	12 670 879,09 €
Edifícios e outras construções	5 288 489,60 €	10 263,88 €	38 130,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-387 008,56 €	0,00 €	0,00 €	4 949 874,92 €
Infraestruturas	137 663 481,54 €	401 208,30 €	1 030 132,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 434 345,63 €	0,00 €	-853,94 €	131 659 622,92 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	5 658,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 658,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	1 159 932,61 €	4 862 573,51 €	-1 423 220,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 599 285,33 €
	156 394 859,51 €	5 667 981,22 €	-354 958,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 821 354,19 €	0,00 €	-1 208,14 €	153 885 320,26 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	47 842 027,61 €	1 024 465,35 €	379,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-827 709,27 €	48 039 163,05 €
Edifícios e outras construções	189 239 918,25 €	1 705 208,78 €	2 480 667,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4 537 691,31 €	0,00 €	-37 547,58 €	188 850 555,47 €
Equipamento básico	45 736 687,78 €	5 413 400,27 €	115 044,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-5 500 782,95 €	0,00 €	-927,42 €	45 763 421,83 €
Equipamento de transporte	3 370 149,82 €	350 637,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-760 485,26 €	0,00 €	0,00 €	2 960 302,22 €
Equipamento administrativo	935 163,05 €	273 970,38 €	26 454,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-402 140,05 €	0,00 €	-597,66 €	832 849,97 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	6 942 866,67 €	367 304,50 €	170 099,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 068 919,78 €	0,00 €	-263,92 €	6 411 086,79 €
Ativos fixos tangíveis em curso	7 500 911,76 €	10 550 441,19 €	-3 064 619,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 986 733,26 €
	301 567 724,94 €	19 685 428,13 €	-271 975,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 270 019,35 €	0,00 €	-867 045,85 €	307 844 112,59 €
TOTAL	457 962 584,45 €	25 353 409,35 €	-626 933,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-20 091 373,54 €	0,00 €	-868 253,99 €	461 729 432,85 €

Desagregação das adições

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	202 365,91 €	0,00 €	26 804,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	159 106,95 €	388 277,53 €
Edifícios e outras construções	9 036,34 €	1 227,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 263,88 €
Infraestruturas	53 240,50 €	342 063,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 904,00 €	401 208,30 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 658,00 €	5 658,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	4 862 573,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 862 573,51 €
	62 276,84 €	5 408 230,76 €	0,00 €	26 804,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	170 688,95 €	5 667 981,22 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	574 772,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	375 000,00 €	0,00 €	0,00 €	74 693,32 €	1 024 465,35 €
Edifícios e outras construções	26 197,63 €	265 048,78 €	0,00 €	254 617,87 €	0,00 €	0,00 €	1 125 000,00 €	0,00 €	0,00 €	34 344,50 €	1 705 208,78 €
Equipamento básico	0,00 €	5 225 720,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	186 615,03 €	0,00 €	1 065,20 €	5 413 400,27 €
Equipamento de transporte	18 043,04 €	332 594,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	350 637,66 €
Equipamento administrativo	0,00 €	270 267,16 €	0,00 €	385,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 317,27 €	273 970,38 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	367 304,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	367 304,50 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	10 550 441,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 550 441,19 €
	44 240,67 €	17 586 148,32 €	0,00 €	255 003,82 €	0,00 €	0,00 €	1 500 000,00 €	186 615,03 €	0,00 €	113 420,29 €	19 685 428,13 €
TOTAL	106 517,51 €	22 994 379,08 €	0,00 €	281 808,49 €	0,00 €	0,00 €	1 500 000,00 €	186 615,03 €	0,00 €	284 089,24 €	25 353 409,35 €

Desagregação das diminuições

No seguinte quadro, encontram-se as diminuições do período:

Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-354,20 €	-354,20 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-853,94 €	-853,94 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 208,14 €	-1 208,14 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-264 735,93 €	-408 168,00 €	0,00 €	0,00 €	-154 805,34 €	-827 709,27 €
Edifícios e outras construções	-853,94 €	-36 693,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-37 547,58 €
Equipamento básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-927,42 €	-927,42 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-597,66 €	-597,66 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-263,92 €	-263,92 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	-265 589,87 €	-444 861,64 €	0,00 €	0,00 €	-156 594,34 €	-867 045,85 €
TOTAL	-265 589,87 €	-444 861,64 €	0,00 €	0,00 €	-157 802,48 €	-868 253,99 €

Nota - 6 — Locações

6.1 – Locações Financeiras

Quadro 6.1 – Locações financeiras – Locatário

Rubricas	Quantia escriturada líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
		Capital	Juro	Capital	Juro						
Contrato locação 1014186 - Edifício sede Vimágua	2 511 855,06 €	192 989,72 €	17 126,32 €	1 312 001,06 €	69 866,23 €	195 298,87 €	804 844,46 €	334 316,76 €	1 334 460,09 €	1 334 460,09 €	0,00 €
Contrato de Aluguer de viatura ALF19650535001	17 850,00 €	5 545,05 €	496,47 €	10 035,24 €	1 040,85 €	6 041,52 €	1 006,92 €	0,00 €	7 048,44 €	7 048,44 €	0,00 €
Locação financeira 100126979 - Grelha Multiusos	74 931,03 €						74 931,03 €				
Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor extra 15m3	90 288,93 €	24 725,41 €	820,49 €	131 097,91 €	6 857,96 €	25 011,44 €	35 475,12 €	0,00 €	60 486,56 €		
Viatura ligeira merc. Mitsubishi (41-SO-86)	24 081,33 €	7 710,57 €	235,36 €	30 186,13 €	1 198,58 €	7 819,20 €	4 805,91 €	0,00 €	12 625,11 €		
Viatura pesada 19 ton. Volvo (69-TJ-24)	131 428,58 €	34 919,56 €	847,91 €	129 152,68 €	3 871,47 €	35 270,37 €	30 575,83 €	0,00 €	65 846,20 €		
40 contentores ("moloks")	110 520,62 €	3 562,26 €	0,00 €	3 562,26 €	0,00 €	36 297,56 €	72 321,82 €	0,00 €	108 619,38 €		
Total	2 960 955,55 €	269 452,57 €	19 526,55 €	1 616 035,28 €	82 835,09 €	305 738,96 €	1 023 961,09 €	334 316,76 €	1 589 085,78 €	1 341 508,53 €	0,00 €

6.2 – Locações operacionais

Quadro 6.2 – Locações operacionais – Locatário

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento Informático	318 262,50 €	16 974,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	63 652,50 €	237 636,00 €	0,00 €	301 288,50 €	0,00 €
Equipamento Informático	442 222,65 €	111 164,10 €	0,00 €	180 871,26 €	0,00 €	95 792,26 €	54 395,02 €	0,00 €	150 187,28 €	0,00 €
Outros (Carrossel Ecológico)	13 407,00 €	13 407,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	- €	0,00 €
Contentores	6 115,56 €	2 223,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 891,72 €	0,00 €	0,00 €	3 891,72 €	0,00 €
Contentores	4 996,26 €	3 615,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 380,90 €	0,00 €	0,00 €	1 380,90 €	0,00 €
Tendas	10 086,00 €	4 841,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 244,72 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Tendas	4 612,50 €	1 537,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 075,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Total	799 702,47 €	153 763,08 €	0,00 €	180 871,26 €	0,00 €	173 037,10 €	292 031,02 €	0,00 €	456 748,40 €	0,00 €

Nota - 7 — Custos de empréstimos obtidos

MAPA DE EMPRÉSTIMOS

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados										Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamentação legal (c)
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital			Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014		
											Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Capital	Juros	Outros encargos (a)						
Curto Prazo																												
Total CP									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Médio e Longo Prazo - Não Isentos																												
	BPI	19-11-2003	20	16	2.931	30-12-03	Investimento	2.234.773,00	2.234.773,00	1.595.610,77	140.690,00	498.472,23	573.308,29	3.280,63	6.202,97	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	639.162,23	498.472,23	145.427,57				
	BBVA	18-04-2005	20	14	2.964	06-01-05	Investimento	2.562.432,00	2.562.432,00	1.779.466,75	142.357,34	640.607,91	532.994,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	782.965,25	640.607,91	136.425,77					
	CGD	02-12-2005	20	14	2.404	24-11-05	Investimento	2.669.048,00	2.669.048,00	1.720.582,70	158.077,55	790.387,75	508.667,51	0,00	0,00	106,10	8,30	41,50	0,00	0,00	0,00	948.465,30	790.387,75	157.386,29				
	BBVA	16-08-2006	20	13	1.304	10-08-06	Investimento	3.377.480,00	3.377.480,00	2.064.015,58	187.637,78	1.125.826,64	579.283,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.313.464,42	1.125.826,64	187.637,78				
	BCP	12-05-2010	20	9	638	29-07-10	Investimento	15.362.348,00	15.362.348,00	5.974.246,46	853.463,78	8.534.637,76	1.320.394,93	88.601,38	431.633,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.388.101,54	8.534.637,76	853.463,78				
	BCP	22-05-2015	8	4	1.073	14-08-15	Investimento	7.000.000,00	7.000.000,00	3.423.664,32	879.538,93	2.696.796,75	236.386,94	35.395,09	48.005,31	192,00	48,00	144,00	0,00	0,00	0,00	3.576.335,68	2.696.796,75	875.000,00				
	BPI	04-10-2019	20	1	3.369	02-04-20	Investimento	12.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	12.000.000,00	0,00	0,00	286.212,02	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00		50.000,00				
SubTotal								45.206.081,00	34.206.081,00	16.557.586,58	2.361.765,38	26.286.729,04	3.751.035,62	127.277,10	772.053,67	323,10	12.056,30	185,50	0,00	0,00	0,00	16.648.494,42	15.286.729,04	1.480.341,19	925.000,00			
Médio e Longo Prazo - Isentos																												
	CGD	16-08-1997	25	22	28.870	30-05-97	Habituação Social	451.152,72	431.591,08	356.333,84	21.394,19	53.863,05	125.275,97	279,07	328,24	160,41	8,30	20,75	0,00	0,00	0,00	75.257,24	53.863,05	22.376,85	1)			
	BCP	29-12-2000	25	19	4.460	14-12-00	Habituação Social	710.288,20	710.288,20	519.441,51	31.688,71	159.157,98	127.091,11	685,31	1.643,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.846,69	159.157,98	31.634,18	1)			
	BCP	29-12-2000	25	19	4.460	14-12-00	Habituação Social	884.913,36	884.913,36	647.146,81	39.479,42	198.287,13	158.336,69	853,80	2.047,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	237.766,55	198.287,13	39.411,47	1)			
	BCP	29-12-2000	25	19	4.460	14-12-00	Habituação Social	1.437.533,54	1.437.533,54	1.051.283,98	64.133,94	322.115,62	257.216,59	1.387,02	3.331,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386.249,56	322.115,62	64.023,57	1)			
	BCP	29-12-2000	25	19	4.460	14-12-00	Habituação Social	894.085,26	894.085,26	620.260,84	38.942,09	234.882,33	135.572,59	681,75	2.872,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273.824,42	234.882,33	42.137,56	1)			
	BCP	29-12-2000	25	19	4.460	14-12-00	Habituação Social	1.341.127,88	1.341.127,88	980.781,46	59.832,90	300.513,52	239.966,78	1.294,01	3.107,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360.346,42	300.513,52	59.729,94	1)			
	NB	29-12-2000	25	19	4.461	14-12-00	Habituação Social	2.564.714,04	2.564.714,04	1.895.522,60	111.501,28	557.690,16	804.559,79	1.286,41	3.086,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	669.191,44	557.690,16	111.516,59	1)			
	CGD	11-07-2001	20	18	1.538	05-07-01	Investimento	14.963.936,91	14.963.936,91	13.056.756,17	953.051,77	954.128,97	4.374.019,03	1.955,08	0,00	133,06	8,30	8,30	0,00	0,00	0,00	1.907.180,74	954.128,97	942.118,76	2)			
	CGGD	22-03-2002	20	17		Dispensado de Visto	Intempéries	700.282,32	700.282,32	589.596,22	44.192,27	66.493,83	113.604,09	245,39	142,10	129,82	8,30	12,45	0,00	0,00	0,00	110.686,10	66.493,83	41.385,81	3)			
	CGD	27-03-2002	25	17	158	11-03-02	Habituação Social	556.693,37	548.024,26	369.205,85	23.829,90	154.988,51	64.048,74	27,66	119,34	130,32	8,30	53,95	0,00	0,00	0,00	178.818,41	154.988,51	22.886,97	4)			
	BST	01-07-2002	20	17	1.487	27-06-02	Euro 2004	17.457.926,40	17.457.926,40	15.191.129,12	755.599,08	1.511.198,20	4.929.679,24	9.281,69	9.767,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.266.797,28	1.511.198,20	969.884,80	5)			
	BPI	12-06-2003	25	16	3.013	18-03-03	Habituação Social	2.723.114,81	2.723.114,81	1.724.050,96	116.421,97	882.641,88	357.397,33	2.450,73	25.932,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999.063,85	882.641,88	112.518,90	6)			
	BPI	12-08-2003	20	16	1.185	10-07-03	Euro 2004	5.000.000,00	5.000.000,00	3.712.865,57	319.350,86	967.783,57	1.556.318,45	6.084,48	7.686,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.287.134,43	967.783,57	313.856,24	7)			
	BCP	19-05-2003	20	16	1.184	10-07-03	Euro 2004	5.000.000,00	5.000.000,00	3.714.287,55	317.230,92	968.481,53	1.598.515,79	10.557,54	14.883,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.285.712,45	968.481,53	312.420,08	7)			
	BCP	12-05-2010	20	9	638	29-07-10	Investimento	838.385,00	838.385,00	326.038,58	46.576,94	465.769,48	72.059,26	4.835,34	23.555,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	512.346,42	465.769,48	46.576,94	8)			
	BCP	12-05-2010	20	9	638	29-07-10	Investimento	799.267,00	799.267,00	310.826,04	44.403,72	444.037,24	68.697,02	4.609,72	22.456,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	488.440,96	444.037,24	44.403,72	8)			
SubTotal								56.323.420,81	56.295.190,06	45.065.527,10	2.987.629,96	8.242.033,00	14.982.358,47	46.515,00	120.961,44	553,61	33,20	95,45	0,00	0,00	0,00	11.229.662,96	8.242.033,00	3.176.882,38	0,00			
Total MLP								101.529.501,81	90.501.271,06	61.623.113,68	5.349.395,34	34.528.762,04	18.733.394,09	173.792,10	893.015,11	876,71	12.089,50	280,95	0,00	0,00	0,00	27.878.157,38	23.528.762,04	4.657.223,57	925.000,00			
Total Geral								101.529.501,81	90.501.271,06	61.623.113,68	5.349.395,34	34.528.762,04	18.733.394,09	173.792,10	893.015,11	876,71	12.089,50	280,95	0,00	0,00	0,00	27.878.157,38	23.528.762,04	4.657.223,57	925.000,00			

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total

- 1) - Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)
- 2) - Empréstimos contraídos até 31.12.2001, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários (artigo 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo artigo 28.º do OE/2000)
- 3) - Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criada pelo Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 8.02 (artigo 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 8.02)
- 4) - Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)
- 5) - Empréstimos contraídos durante 2002 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (al. c) do art.º 7.º da Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio - 1.ª alteração à OE/2002)
- 6) - Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)
- 7) - Empréstimos contraídos durante 2003 para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 (n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30.12 - OE/2003)
- 8) - Empréstimos contraídos, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários, abrangidos pelo n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01

MAPA DE EMPRÉSTIMOS

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados									Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamentação legal (c)
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014	
											Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N								
Curto Prazo																											
Total CP									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Médio e Longo Prazo - Não Isentos																											
restimo Bancario			08-06-2009	20,00	11	n.a	n.a	INVESTIMENTO	25.200.000,00	25.200.000,00	14.980.254,10	1.294.553,35	8.925.192,55	6.021.789,53	126.798,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.219.745,90	8.925.192,55				
SubTotal									25.200.000,00	25.200.000,00	14.980.254,10	1.294.553,35	8.925.192,55	6.021.789,53	126.798,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.219.745,90	8.925.192,55	0,00	0,00		
Médio e Longo Prazo - Isentos																											
SubTotal									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total M.L.P.									25.200.000,00	25.200.000,00	14.980.254,10	1.294.553,35	8.925.192,55	6.021.789,53	126.798,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.219.745,90	8.925.192,55	0,00	0,00		
Total Geral									25.200.000,00	25.200.000,00	14.980.254,10	1.294.553,35	8.925.192,55	6.021.789,53	126.798,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.219.745,90	8.925.192,55	0,00	0,00		

MAPA DE EMPRÉSTIMOS

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamentação legal (c)			
	N.º do contrato	Nome da Instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01		Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014
											Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N								
Curto Prazo																											
Total CPI									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Médio e Longo Prazo - Não isentos																											
9015008134551		CGD	03-06-2015	14	5			Investimento	709.412,10	723.198,68	83.899,46	20.850,42	618.448,80	16.175,68	10.118,40	76.038,59						625.512,64	618.448,80		51.657,05		
9015008133751		CGD	29-05-2015	15	5			Investimento	2.435.437,81	2.435.437,81	0,00	0,00	2.435.437,81	0,00	0,00	0,00						2.435.437,81	2.435.437,81		162.362,52		
9015008238392		CGD	24-07-2019	15	1			Investimento	1.600.000,00	1.645.200,00	26.666,00	26.666,00	1.591.868,00	54.338,52	19.601,63	385.933,44	12.000,00	3.000,00	84.000,00			1.573.334,00	1.591.868,00		109.680,00		
1120170002982		Santander	11-09-2019	5	1			Investimento	745.000,00	745.000,00	37.250,01	74.500,02	633.249,97	10.395,65	15.921,29	34.572,65						707.749,99	633.249,97		149.000,00		
0770099311		Novo Banco	07-08-2019	3	1			Investimento	50.000,00	50.000,00	0,00	1.612,84	48.387,16	691,02	1.586,24	3.542,62						43.333,33	48.387,16		16.666,67		
ALF 19650535001		ICI Banque	29-03-2019	4	1			Investimento	23.800,00	23.800,00	5.366,44	5.430,91	13.002,65	544,38	496,47	456,88						18.433,56	13.002,65		5.950,00		
1243		BPI Desc.D.O.	15-06-2021	0,5	1			Ap Tesouraria	150.000,00	150.000,00	16.148,88	1.952,19	131.898,93	3.049,01	2.717,22	3.000,00						148.047,81	131.898,93		300.000,00		
CC 18268142097		Santander	26-01-2018	2	2			Ap Tesouraria	20.000,00	20.000,00	18.292,72	1.707,28	0,00	1.598,10	9,55	0,00						1.707,28	0,00		10.000,00		
Contrato 10026816		BPI	26-07-2017	3	3			Investimento	26.000,00	26.000,00	19.002,06	6.997,94	0,00	570,51	46,25	0,00						6.997,94	0,00		8.666,67		
SubTotal									5.759.649,91	5.818.636,49	206.625,57	139.717,60	5.472.293,32	87.362,87	50.497,05	503.544,18	12.000,00	3.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	5.560.554,36	5.472.293,32	0,00	813.982,90	
Médio e Longo Prazo - Isentos																											
SubTotal									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total MUP									5.759.649,91	5.818.636,49	206.625,57	139.717,60	5.472.293,32	87.362,87	50.497,05	503.544,18	12.000,00	3.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	5.560.554,36	5.472.293,32	0,00	813.982,90	
Total Geral									5.759.649,91	5.818.636,49	206.625,57	139.717,60	5.472.293,32	87.362,87	50.497,05	503.544,18	12.000,00	3.000,00	84.000,00	0,00	0,00	0,00	5.560.554,36	5.472.293,32	0,00	813.982,90	

MAPA DE EMPRÉSTIMOS

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos efetuados									Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamentação legal (c)
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014	
											Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N								
Curto Prazo																											
Conta caucionada		Santander	14-04-2014			n.a	n.a	Apoio tesouraria	150.000,00	125.000,00		0,00	125.000,00	6.740,06	3.659,26	5.000,00				0,00	0,00	0,00	100.000,00	125.000,00			
Conta caucionada		BCP	31-08-2015			n.a	n.a	Apoio tesouraria	250.000,00	250.000,00		250.000,00	0,00	33.617,50	2.638,87	0,00				0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00			
Total CP									400.000,00	375.000,00	0,00	250.000,00	125.000,00	40.357,56	6.298,13	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	125.000,00	0,00	0,00	
Médio e Longo Prazo - Não isentos																											
SubTotal									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Médio e Longo Prazo - Isentos																											
SubTotal									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total MLP									0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Geral									400.000,00	375.000,00	0,00	250.000,00	125.000,00	40.357,56	6.298,13	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	125.000,00	0,00	0,00	

Nota - 8 — Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo municipal de Guimarães compreendem terrenos e edifícios não afetos ao uso operacional da atividade do grupo, e detidos para a obtenção de rendimentos através de rendas e/ou valorização do capital.

Encontram-se reconhecidas pelo seu custo de aquisição ou construção e quaisquer dispêndios que lhes sejam diretamente atribuíveis, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e qualquer eventual perda por imparidade.

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o Grupo municipal de Guimarães atualizou as vidas úteis respeitantes aos edifícios e outras construções de acordo com o pressuposto no Classificador Complementar 2 (CC2). Esta atualização originou nas propriedades de investimento um impacto negativo no valor de 152.440,70€.

Vida útil

Para todas as propriedades de investimento registadas, o período de vida útil é definido de acordo com o estabelecido no Classificador Complementar 2 (CC2).

À data do presente relato, as fichas de cadastro de cada bem classificado como propriedade de investimento, encontram-se atualizadas com informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, valor de aquisição, depreciação acumulada, valor líquido, entre outras informações relevantes.

Métodos de depreciação

O método de depreciação usado nas propriedades de investimento é o das quotas constantes (ou linha reta).

Variação das depreciações

As quantias escrituradas das propriedades de investimento e depreciações acumuladas, para o período económico de 2020, sofreram a variação apresentada no quadro seguinte.

Quadro 8.1 - Propriedades de investimento – variação das depreciações e perdas por imparidade

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO								
Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	1 983 297,92 €			1 983 297,92 €	1 983 297,92 €			1 983 297,92 €
Edifícios e outras construções	1 101 341,04 €	365 111,80 €		736 229,24 €	1 101 341,04 €	376 068,80 €		725 272,24 €
Outras propriedades de investimento								
Propriedades de investimento em curso								
TOTAL	3 084 638,96 €	365 111,80 €	0,00 €	2 719 527,16 €	3 084 638,96 €	376 068,80 €	0,00 €	2 708 570,16 €

Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício de 2020, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento, relativamente às depreciações do período e os rendimentos do período, foram os seguintes:

Quadro 8.2 - Propriedades de investimento - modelo do custo

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	1 983 297,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 983 297,92 €	0,00 €	10 680,19 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	736 229,24 €	0,00 €	0,00 €	-10 957,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	725 272,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	2 719 527,16 €	0,00 €	0,00 €	-10 957,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 708 570,16 €	0,00 €	10 680,19 €	0,00 €

Durante o ano económico de 2020 não se verificou qualquer aquisição ou investimento de propriedades de investimento.

Do mesmo modo não ocorreu qualquer diminuição.

No que concerne ao justo valor das propriedades de investimento, por estas se encontrarem mensuradas ao modelo do custo, não foi determinado o seu justo valor.

Nota - 9 — Imparidade de ativos

Não foram detetados nos ativos perdas por imparidade ao abrigo da NCP9.

Nota - 10 — Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2020 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	63 584,01	0,00	63 584,01
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 147 510,54	0,00	1 147 510,54
Produtos acabados e intermédios	2 842,50	0,00	2 842,50
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	1 213 937,05	0,00	1 213 937,05

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-(4)-(5)-(6)-(7)+(8)
Mercadorias	51 297,88	103 115,64	89 935,24	0,00	0,00	0,00	894,27	0,00	63 584,01
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 151 678,31	2 487 869,27	1 785 067,33	0,00	0,00	0,00	707 099,19	129,48	1 147 510,54
Produtos acabados e intermédios	6 033,36	24,19	0,00	3 215,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2 842,50
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 209 009,55	2 591 009,10	1 875 002,57	3 215,05	0,00	0,00	707 993,46	129,48	1 213 937,05

Nota - 13 — Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação consolidado

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Prestações de Serviços	21 507 000,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Resíduos Sólidos	1 876 592,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Coletivos de pessoas e mercadorias	335,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos por conta de particulares	37 493,46	0,00	0,00	0,00	0,00
Cemitérios	60 665,11	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercados e feiras	134 581,19	0,00	0,00	0,00	0,00
Parques de Estacionamento	29 231,21	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Sociais - refeições escolares	607 590,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Sociais - ATL, jardins infância e creches	186 779,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Culturais	2 241,78	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	46 837,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Vistorias e Ensaios	17 170,51	0,00	0,00	0,00	0,00
Arrendamento	25 862,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	18 481 618,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Venda de bens	6 542 016,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	117 064,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	117 064,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Sinistros	204 208,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas	831 021,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2 781 369,89	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	34 575,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros obtidos de residentes	498,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos FAM	33 089,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	987,68	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	32 017 256,19	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota - 14 — Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos	27 713 202,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Derrama	4 105 038,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre imóveis	19 650 374,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto Único de Circulação	3 957 789,89	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	6 258 158,87	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	6 243 985,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	14 173,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	4 664 538,74	0,00	7 354 927,94	7 461 131,44	0,00
Taxas	4 316 434,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades	348 104,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	140 632,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	38 205 748,33	0,00	8 795,00	11 292,30	0,00
Fundo Equilíbrio Financeiro	18 053 927,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Social Municipal	3 421 105,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação IRS	5 336 260,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação IVA	594 794,96	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	10 492 355,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	109 938,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Resto do Mundo - Fundo Social Europeu	176 406,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Resto do Mundo - Outras	20 960,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões	446 829,47	0,00	0,00	0,00	0,00
De perdas por imparidade	160 402,07	0,00	0,00	0,00	0,00
De provisões	286 427,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 609 844,63	0,00	0,00	0,00	0,00
Correções relativos a períodos anteriores de impostos diretos	761 155,14	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	82 800 109,81	0,00	7 363 722,94	7 472 423,74	0,00

As transferências e subsídios obtidos não tem condições.

Nota - 15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1— Provisões

O valor relevado na conta de provisões para processos judiciais em curso, refere-se aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas. A quantia escriturada final é de 1.166.410,52€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Grupo municipal de Guimarães.

Quadro 15.1A – Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	1 386 327,47	82 307,63	0,00	0,00	82 307,63	0,00	302 224,58	0,00	302 224,58	1 166 410,52
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 386 327,47	82 307,63	0,00	0,00	82 307,63	0,00	302 224,58	0,00	302 224,58	1 166 410,52

O valor das reversões resulta dos processos que foram terminados ou que a probabilidade de ocorrência foi alterada para remota durante o ano de 2020.

Quadro 15.1B – Descrição das Provisões

Nº de Processo	Descrição do litígio	Valor proposto das ações/outros
1757/099 BEBRG	Pedido de indenização	400 000,00
1079/102BERG	Pedido de indenização	40 000,00
1754/114BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	15 266,66
4269/120TBGMR	Pedido de indenização por sinistro	1 721,19
40/130BEBRG	Pedido de condenação no pagamento de uma indenização, por incumprimento contratual	48 263,76
1493/131BEBRG-2	Devolução do valor da taxa cobrada	3 347,36
1878/146BEBRG	Devolução do valor da taxa cobrada	2 987,52
679/146T8GMR	Pedido de indenização	55 046,94
18/161BEBRG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de horas de trabalho noturno que não receberam	30 000,01
1312/167BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	40 000,00
1810/162BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	15 174,32
0004772017/PCO	Processo de contraordenação	15 000,00
1099/176BEBRG	Pedido de indenização por danos em processo de urbanismo	16 000,00
2071/171BEBRG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de valores relacionados com a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária, que não ocorreu	30 000,01
2134/173BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	57 499,99
2192/170BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	104 211,68
2376/171BEBRG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de diferenças salariais	30 001,00
1107/183BEBRG	Os trabalhadores solicitam o pagamento de horas de trabalho prestadas a mais no período em que o Município implementou as 40 horas de trabalho semanal	30 000,01
1545/180BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	3 147,29
4778/187BEBRG	Pedido de indenização	11 410,00
384/197BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	36 599,17
480/190BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	8 000,00
1035/195BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	3 600,00
4520/195GMR	Processo de contraordenação	1 500,00
1594/192BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	50 171,31
667/203BEBRG	Pedido de indenização por sinistro	8 291,00
4269/12,OTBGMR	Pedido de indenização	1 721,19
578/15,ABEBRG	Pedido de indenização ,relativo a danos	5 701,67
2379/15,OBEBRG-A	Pedido de indenização	1 493,22
2380/15,4BEBRG-A	Pedido de indenização	7 981,44
3282/15,OBEBRG-A	Pedido de indenização	1 373,01
2144/18,3BEBRG	Pedido de indenização	5 000,01
300/16,8BEBRG	Pedido de indenização	11 884,13
2382/15,OBEBRG-A	Pedido de libertação de garantias	74 016,63

15.2 – Passivos Contingentes

Processos judiciais em curso

Não foram constituídas provisões para os seguintes processos judiciais em curso, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Quadro 15.2 – Descrição dos Passivos Contingentes

Nº de Processo	Descrição do litígio	Valor proposto das ações
Proc. n.º 1974/12.4 BEBRG	Pedido de reposição do equilíbrio financeiro de um contrato de empreitada.	606 342,49 €
Proc. n.º 1592/20.3BEPR	Pedido de reposição do equilíbrio financeiro de um contrato de empreitada.	1.459.328,16 €
Proc. n.º 1982/19.4BEBRG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito de processo de loteamento licenciado pelo alvará de loteamento 59/01.	1 293 479,94 €
Proc. n.º 2314/19.7BEBRG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito de processo de loteamento licenciado pelo alvará de loteamento 59/01.	5 597 301,50 €
Proc. n.º 1833/19.0BEBRG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito de um pedido de emissão de certidão de reconhecimento de interesse público.	3 138 376,48 €
Proc. n.º 534/19.3BEBRG	Pedido de reposição do equilíbrio financeiro de um contrato de empreitada.	429 654,36 €
Proc. n.º 530/19.0BEBRG	Pedido de reposição do equilíbrio financeiro de um contrato de empreitada.	720 826,72 €
Proc. n.º 1397/18.1BEBRG	Pedido de indemnização pelos danos sofridos pela autora no âmbito do proc. de licenciamento n.º 534/14.	3.094.278,00 €

15.3 – Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes no período de 2020 em que se torna praticamente certo que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade.

Nota - 17 —Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, o Município de Guimarães avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas

demonstrações financeiras. Desta forma, quando houve evidência de que os mesmos já existiam à data de relato, estes acontecimentos foram ajustados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, se não houve evidência que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas que o Grupo municipal de Guimarães tomou conhecimento dos mesmos até à data de autorização das demonstrações financeiras consolidadas e têm dimensão material, estes são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material, nas Demonstrações Financeiras do período económico de 2020.

Nota - 18 — Instrumentos financeiros

18.1— Ativo

A. Imparidade de ativos geradores de caixa

Quadro 18.1A – Imparidade de Ativos geradores de caixa

ATIVO	NATUREZA	QUANTIA BRUTA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA RECUPERÁVEL	MODELO UTILIZADO	
					JUSTO VALOR	VALOR DE USO
Cientes, contribuintes e utentes	AGC	8 303 128,24	2 924 917,75	5 378 210,49		
Outras contas a receber e a pagar - outros devedores	AGC	68 136,16	2 901,08	65 235,08		
Investimentos Financeiros	AGC	2 691 087,98	149 997,37	2 541 090,61		
			0,00	0,00		
Total		11 062 352,38	3 077 816,20	7 984 536,18	0,00	0,00

B. Clientes, contribuintes e utentes

Quadro 18.1B – Decomposição de saldos de Clientes, contribuintes e utentes

Ativo	2020	2019
Clientes	4 342 801,30	3 446 764,04
Contribuintes	276 490,78	595 139,46
Utentes	758 918,41	608 973,37
Total	5 378 210,49	4 650 876,87

C. Outras contas a receber

Quadro 18.1C – Decomposição de saldos de Outras Contas a receber

Ativo	2020	2019
Devedores por acréscimos de rendimentos Impostos e taxas imputadas ao período (IMI, IMT, Derrama e outros)	26 030 952,99	26 827 945,79
Devedores por acréscimos de rendimentos	890 689,27	889 812,24
Cauções entregues a terceiros	16 849,96	16 849,96
Outros Devedores	632 666,25	731 451,68
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	1 347 316,63	1 672 116,73
Total	28 918 475,10	30 138 176,40

- 1) Reclassificados o que no POCAL se designava por "Outros devedores", no montante de 249.848,78€, para a conta "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis" no SNC-AP.
- 2) Incluído o que no POCAL se designava por "Acréscimo de proveitos", no montante de 27.717.758,03€, para a conta "Outras contas a receber" no SNC-AP.
- 3) Reclassificado o que no POCAL se designava por "Outras contas a receber", no montante de 22.163,18€, para a conta "Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis" no SNC-AP.

D. Diferimentos

O valor de 860.958,51€ expresso na rubrica de Diferimentos refere-se a gastos a reconhecer.

E. Outros ativos financeiros

Quadro 18.1E – Decomposição de saldos de Outros ativos financeiros

Ativo	2020	2019
FCT - Fundo de compensação do trabalhado	75 637,06	51 447,15
Títulos da dívida pública	21 356,73	20 957,54
Outros investimentos	998,77	998,77
Total	97 992,56	73 403,46

18.2— Património líquido

Quadro 18.2 – Movimentos ocorridos no Património líquido

Designação da conta	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património / capital	254 866 393,61	36 587,23	0,00	254 902 980,84
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	8 217 945,89	276 589,47	0,00	8 494 535,36
Outras reservas	19 229 834,64	5 564,80	5 390 110,69	13 845 288,75
Resultados transitados	100 796 892,29	4 715 633,63	15 957 575,35	89 554 950,57
Ajustamentos em ativos financeiros	-2 000 002,63			-2 000 002,63
Outras variações no património líquido	0,00	94 906 949,71	4 263 496,58	90 643 453,13
Resultado líquido do período	5 275 303,32	153 482,79		5 428 786,11
Interesses que não controlam	1 751 148,01	943 955,45		2 695 103,46
Total	388 137 515,13	101 038 763,08	25 611 182,62	463 565 095,59

18.3— Passivo

A. Financiamentos obtidos

Quadro 18.3A1-Decomposição dos saldos das contas de Financiamentos obtidos

Descrição	2020	2019
Financiamentos obtidos - exigível a médio e longo prazo	32 271 180,84	36 772 211,19
Financiamentos obtidos - exigível a curto prazo	7 740 879,19	9 501 675,52
Total	40 012 060,03	46 273 886,71

- 1) Reclassificados o que no POCAL se designava por “fornecedores de imobilizado”, no montante de 2.206.598,63€, para a conta "Financiamentos obtidos" no SNC-AP, referente às locações financeiras.

Quadro 18.3A2 - Vencimento dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo

	Entidade	Capital utilizado	Saldo em 31/12/2020	Valor amortizar	
				2021- 2025	Após 2025
MG	Banco Bilbao Vizcaya Argentáia	5 939 912,00	1 766 434,55	1 578 796,81	187 637,74
	Millennium - Banco Comercial Português SA	34 267 948,24	14 324 679,34	9 544 660,22	4 780 019,12
	Banco PPI, SA	10 957 887,81	3 348 897,68	1 787 537,27	1 561 360,41
	Banco Santander Totta	17 457 926,40	1 511 198,20	1 511 198,20	0,00
	Caixa Geral de Depósitos	19 312 882,57	2 019 862,11	1 984 095,52	35 766,59
	Novo Banco	2 564 714,04	557 690,16	557 690,16	0,00
	Total (1)	90 501 271,06	23 528 762,04	16 963 978,18	6 564 783,86
Tempo Livre	Locação Financeira 2513123 - 100126979 - Grelha Multiusos	74 931,03	74 931,03	74 931,03	0,00
	Total (2)	74 931,03	74 931,03	74 931,03	0,00
Vimágua	Banco PPI, SA	24 000 000,00	8 925 192,55	7 255 769,36	1 669 423,19
	Santander - Locação Financeira 1014186 - Edifício sede da Vimágua	2 000 000,00	1 334 460,09	1 000 143,33	334 316,76
	Total (3)	26 000 000,00	10 259 652,64	8 255 912,69	2 003 739,95
Vitrus	Caixa Leasing e Factoring, SA - Viatura pesada 19 ton. Volvo (65-RB-29) e contentor nextra 15 m3	192 372,00	60 486,56	60 486,56	0,00
	BCP, SA - Viatura ligeira merc. Mitsubishi (41-SO-86)	42 811,23	12 625,11	12 625,11	0,00
	BCP, SA - Viatura pesada 19 ton. Volvo (69-TJ-24)	194 709,00	65 846,20	65 846,20	0,00
	Caixa Leasing e Factoring, SA - 40 contentores ("moloks")	111 684,00	108 619,38	108 619,38	0,00
	Total (4)	541 576,23	247 577,25	247 577,25	0,00
Turitermas	Banco - CGD JESSICA 9015.008134.5.51	709 412,10	618 448,80	333 606,72	263 992,08
	Banco - CGD JESSICA 9015.008133.7.51	2 435 437,81	2 435 437,81	950 415,64	1 425 622,17
	Banco - CGD Conta Corrente 9015.008125592	1 600 000,00	1 591 868,00	426 666,56	1 111 868,12
	Banco Santander - Factoring NVE, S.A.	745 000,00	633 249,97	484 249,93	0,00
	Novo Banco 0770099311	50 000,00	48 387,16	41 720,49	0,00
	RCI Banque	23 800,00	13 002,65	8 409,69	0,00
	BPI Descoberto	131 898,93	131 898,93	131 898,93	0,00
	Total (5)	5 695 548,84	5 472 293,32	2 376 967,96	2 801 482,37
	Total 1+2+3+4+5	122 813 327,16	39 583 216,28	27 919 367,11	11 370 006,18

Foram constituídas garantias reais de hipoteca por escritura para financiamento de despesas de aquisição de 243 fogos de habitação social, sendo o montante em dívida em 31/12/2020 de 1.772.646,74€ e um terreno, sendo o montante em dívida a 31/12/2020 de 8.925.192,55€.

B. Fornecedores

Quadro 18.3B-Decomposição dos saldos das contas de Fornecedores

Descrição	2020		2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores C/C	1 288 984,70	4 348 911,02	0,00	5 516 040,73
Fornecedores de investimentos	0,00	1 046 968,08	30 590,84	1 081 170,10
Total	1 288 984,70	5 395 879,10	30 590,84	6 597 210,83

- 1) Reclassificados o que no POCAL se designava por "Garantias e cauções" incluído em 2019 em fornecedores de investimentos, no montante de 1.165.439,44€, para "Outros passivos financeiros" no SNC-AP.
- 2) Reclassificados o que no POCAL se designava por "fornecedores de imobilizado", no montante de 2.206.598,63€, para a conta "Financiamentos obtidos" no SNC-AP, referente às locações financeiras.

C. Estado e outros entes públicos

Quadro 18.3C-Estado e outros entes públicos

Descrição	2020	2019
Imposto sobre o rendimento	229 366,30	18 839,03
Retenção de impostos s/ rendimentos	213 723,10	210 777,76
Imposto s/ o valor acrescentado (IVA)	62 641,23	62 808,07
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	480 875,65	375 376,11
Outras tributações	314 983,88	233 119,57
Total	1 301 590,16	900 920,54

- 2) Reclassificados o que no POCAL se designava por "Outros credores", no montante de 421,27€, para "Estado e outros entes públicos" no SNC-AP.

D. Outras contas a pagar

Quadro 18.3D - Outras contas a pagar

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos - Remunerações a liquidar	0,00	4 501 099,15	0,00	4 390 139,90
Credores por acréscimos de gastos - Juros a liquidar e outros gastos	0,00	58 324,12	0,00	57 888,19
Credores por acréscimos de gastos - Outros acréscimos de gastos (energia, água e outros)	0,00	3 115 487,64	0,00	2 614 509,81
Outros credores - FAM	0,00	0,00	0,00	129 444,75
Outros credores - Empresas locais	0,00	137 080,61	0,00	234 794,96
Outros credores - cobrança de receita por conta de outrem	0,00	54 199,08	0,00	89 730,69
Outros credores	2 295 338,62	3 655 104,85	0,00	3 849 515,15
Outros credores - Freguesias	0,00	0,00	0,00	28 168,42
Total	2 295 338,62	11 521 295,45	0,00	11 394 191,87

- 1) Reclassificados o que no POCAL se designava por "Outros credores", no montante de 7.636,89€, para a conta "Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis" no SNC-AP.
- 2) Reclassificados o que no POCAL se designava por "Outros credores", no montante de 421,27€, para a conta "Estado e outros entes públicos" no SNC-AP.
- 3) Incluído o que no POCAL se designava por "Acréscimos de custos", no montante de 7.275.579,07€, para a conta "Outras contas a pagar" no SNC-AP.
- 4) Reclassificados o que no POCAL se designava por "Garantias e cauções", no montante de 1.165.439,44€, e "Outros credores - cauções", no montante de 734.633,07€, para a conta "Outros passivos financeiros" no SNC-AP.

E. Diferimentos

O valor de 12.999.720,80€ expresso na rubrica de Diferimentos refere-se a rendimentos a reconhecer.

F. Outros passivos financeiros

O valor de 2.095.924,66€ expresso na rubrica de Outros Passivos Financeiros refere-se às garantias e cauções pecuniárias, de acordo com o atual normativo (SNC-AP).

Nota - 19 — Benefícios dos empregados

A entidade atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: salários, contribuições para a segurança social, CGA, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ajudas de custo, despesas de representação, trabalho extraordinário e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano.

O Município de Guimarães não tem qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

O número de trabalhadores do Município de Guimarães em 31 de dezembro de 2020 era de 1537, dos quais 665 correspondem a trabalhadores funcionalmente ligados aos agrupamentos de escolas. Verificou-se uma redução de 87 trabalhadores face ao período homólogo de 2019, redução que se deveu, essencialmente, ao facto de em 2019 ainda serem contratados diretamente pelo Município os técnicos responsáveis pela dinamização de Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico que, a 31/12, totalizavam 81 trabalhadores.

O número médio de empregados ao longo do ano de 2020 da CASFIG foi de 17 e ainda mais 1 colaborador no âmbito do programa do IEFPP.

O Centro de ciência Viva iniciou o ano de 2020 com 10 colaboradores, sendo que fruto de suspensão de contrato de trabalho de um dos seus funcionários, em outubro, terminou o período em análise com 9 colaboradores.

O número médio de empregados ao longo do ano de 2020 da Fraterna foi de 61.

O Laboratório da Paisagem, em 31 de dezembro de 2020, tem 7 colaboradores.

O número médio de funcionários na Oficina em 2019 foi de 93 e em 2020 foi de 143. Este aumento está relacionado com a assunção de responsabilidades acrescidas da Oficina com o projeto “Mais Três”, que engloba a atividade “Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF’s) e “Componente de Apoio à Família (CAF’s)”.

No fim do exercício de 2020, na Turitermas no número de empregados era de 47.

O número médio de funcionários ao longo do ano de 2020 da Tempo Livre foi de 165.

O número médio de funcionários ao longo do ano de 2020 da Turipenha foi de 18.

O número médio de empregados da Vimágua no final do ano de 2020 foi de 210.

O número médio de empregados durante o período de 2020, da Vitrus, foi de 149. A 31 de dezembro de 2020 o número de colaboradores era de 155, por comparação dos 143 em 31 de dezembro de 2019.

O seguinte quadro representa os gastos com pessoal:

Quadro 19.1 – Gastos com pessoal consolidado

Designação	2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	480 833,36
Remunerações do pessoal	30 201 981,03
Indemnizações	48 846,14
Encargos sobre remunerações	6 642 374,32
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	539 095,41
Outros gastos com o pessoal	1 162 670,79
Outros encargos sociais	807 127,19
Total	39 882 928,24

Nota - 20 — Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município de Guimarães nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

20.1 - Entidades Controladas

Quadro 20.1 – Listagem das entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Régie Cooperativa	Av. D. Afonso Henriques n.º 701, Centro Cultural Vila Flor 4810-431 Guimarães	118 610,00	99 759,58	84,11%		84,11%
Taipas Turitermas, CIPRL	Cooperativa	Largo das Termas Caldas das Taipas 4805-079 Guimarães	1 041 895,00	994 584,07	95,46%	0,01%	95,47%
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Cooperativa	Estação Inferior do Teleférico Rua Aristides de Sousa Mendes, n.º 37 Costa 4810-025	4 212 376,88	3 506 418,00	83,24%		83,24%
Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL	Cooperativa	Travessa de Vila Verde S. Sebastião 4800-435 Guimarães	112 500,00	99 759,58	88,68%		88,68%
Tempo Livre Físical CIPRL	Cooperativa	Alameda Cidade de Lisboa Creixomil 4835-037 Guimarães	67 250,00	59 855,75	89,00%		89,00%
Casfig - Empresa Municipal, EM	Empresa Municipal	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 354 Azurém 4800-019 Guimarães	49 879,79	49 879,79	100,00%		100,00%
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento Guimarães e Vizela, EIM,	Empresa Intermunicipal	Rua Rei do Pegú n.º 172 S. Sebastião 4810-025 Guimarães	500 000,00	450 000,00	90,00%		90,00%
Vitrus Ambiente, EM S.A.	Empresa Municipal	Av. Cónego Gaspar Estaço, n.º 606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães	255 343,00	255 343,00	100,00%		100,00%
Laboratório da Paisagem de Guimarães (a)	Associação sem fins lucrativos	Rua da Ponte Romana, Creixomil 4835 - 095 Guimarães			66,67%		66,67%
Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães (a)	Associação sem fins lucrativos	Rua da Ramada, nº 166 4810-445 Guimarães			66,67%		66,67%
Fundação Martins Sarmiento	Fundação sem fins lucrativos com utilidade pública	Rua Paio Galvão 4814-509 Guimarães	150 000,00				0,00%
Fundação Cidade Guimarães	Fundação sem fins lucrativos com utilidade pública	Palacio Vila Flor - Av. D. Afonso Henriques, 701 4810-431 Guimarães	2 000 000,00				0,00%

(a) – Percentagem de voto

20.2 – Transações entre partes relacionadas

Quadro 20.2 A – Transações entre partes relacionadas – MG/Entidades

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das transações		
Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	571 887,53	6,23		
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	385,00	0,00		
A Oficina Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	3 250 944,05	35,40		
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	1 692,67	0,02	-92,25	
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	46,11	0,00		
Tempo Livre Fiscal - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	1 580 568,42	17,21		
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	236 707,16	2,58		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	653,69	0,01		
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	77 459,18	0,84		
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	140,10	0,00	-33,00	
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	91,68	0,00		
Taipas - Turitermas - Cooperativa de Interesse Público, RL	Entidade controlada	Atribuição de subsídio à exploração	459 084,15	5,00		
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	304,88	0,00		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	26,45	0,00		
Vitrus Ambiente, EM, SA	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	1 084 469,67	11,81	-140 467,60	
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	285,66	0,00		
		Rendimentos em investimentos não financeiros	193 351,65	2,11	70 725,00	
Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	417 420,76	4,55	-39 129,36	
		Transferências correntes concedidas	233 904,70	2,55		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	20 701,95	0,23		
		Rendimentos em investimentos não financeiros	471 140,00	5,13	6 356 099,88	
CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal, Lda.	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	129 852,80	1,41	-15 867,00	
		Atribuição de subsídio à exploração	65 000,00	0,71		
Laboratório da Paisagem de Guimarães - Associação para a promoção do Desenvolvimento Sustentável	Entidade controlada / Associada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	9 700,00	0,11	-11 931,00	
		Atribuição de subsídio à exploração	300 000,00	3,27		
		Outros gastos - Quota	2 500,00	0,03	-2 500,00	
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	26,45	0,00		
Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães	Entidade controlada / Associada	Outros gastos - Quota	2 500,00	0,03		
		Atribuição de subsídio à exploração	72 658,00	0,79		
		Rendimentos de Taxas, multas e outras penalidades	52,90	0,00		

(a) Valores s/iva.

(b) Saldos negativos respeitam à posição devedora do Município de Guimarães.

Quadro 20.2 B – Transações entre partes relacionadas – Vimágua/Entidades

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das transações		
Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e	3 461,27	2,76	106,35	
A Oficina Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	1 759,93	1,40	15 107,06	
Tempo Livre Fisical - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	31 110,99	24,80	5 142,34	
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	3 049,30	2,43	495,00	
Taipas - Turitermas - Cooperativa de Interesse Público, RL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	18 756,50	14,95	9 149,53	
Vitrus Ambiente, EM, SA	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	61 875,18	49,33		
CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.M., Unipessoal,	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	5 430,17	4,33	906,12	

(c) Valores s/iva.

Quadro 20.2 C – Transações entre partes relacionadas – Vitrus/Entidades

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das transações		
Turipenha - Cooperativa de Turismo de Interesse Público, CRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	6 451,76	63,09	1 641,44	
Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães	Entidade controlada / Associada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	3 774,02	36,91	533,21	

(d) Valores s/iva.

Quadro 20.2 D – Transações entre partes relacionadas – Curtir Ciência/Entidades

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das transações		
Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e	102,00	31,19	0,00	
Tempo Livre Fiscal - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL	Entidade controlada	Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	225,00	68,81	0,00	

(e) Valores s/iva.

Quadro 20.3 – Pessoas chave da gestão

Designação	Órgão Executivo MG	Direção Oficina	Conselho de Adm. Turitermas	Direção Turipenha	Conselho de Adm. Tempo Livre	Direção Fraterna	Conselho de Adm. Vitrus	Conselho de Adm. CASFIG	Conselho de Adm. Vimágua	Direção Lab. Paisagem	Direção CCVG	Órgão de Fiscalização									
												MG	Oficina	Turitermas	Turipenha	Tempo Livre	Fraterna	Vitrus	CASFIG	Vimágua	Laboratório da Paisagem
Remunerações	151 711,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 042,78	0,00	52 750,00	0,00	0,00										
Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, SROC												5 400,00		4 200,00	3 600,00	3 690,00			1 500,00	1 500,00	
Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.																	2 500,00	12 000,00			
Sociedade de Revisores Gaspar Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.													5 400,00			4 800,00					

Nota - 22 — Interesses em outras entidades

Quadro 22 – Interesses em outras entidades

Designação	Sede	% Interesses	
		Propriedade detidos	Direitos de voto
PIEP Associação - Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	Universidade do Minho Campus Azurém 4800-058 Guimarães	3,79%	
CVR - Centro para a Valorização de Resíduos	Campus Azurém Universidade do Minho 4800-058 Guimarães	4,38%	
Associação Nacional de Municípios Portugueses ANMP	Av. Marnoco e Sousa 52 3004-511 Coimbra	1)	
Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelhinho, n.º 17 - 1.º andar 5100 - 127 Lamego	1)	
UCCLA - União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas	Avenida da Índia n.º 110 1300 - 300 Lisboa	1)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís I n.º 55 4050-074 Porto	1)	
Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas	Rua Morais Soares 43 - C 1º dto. 1900-341 Lisboa		
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1 4800-019 Guimarães		
Associação das Cidades Património - Organização das Cidades Património Mundial	15, Rue Saint-Nicolas, 1e étage Quebec G I K I M 8 Canada	1)	
Associação Norte Cultural	Amarante Cine-Teatro Monte da Eira - Cepelos 4600-221 Amarante		
Rede de Bibliotecas Associadas da UNESCO	I, Rue Miollis Paris 75732 France		
Associação CCG/ZGDV - Centro de Computação Gráfica	Campus de Azurém 4800-058 Guimarães		
CIUMED - Rede para a Promoção das Cidades Médias do Sudoeste Europeu	Município de Vila Real de Santo António - Praça Marquês de Pombal 8900-231 Vila Real de Stº António		
Associação ENERGIE-CITÉS	Energie-Cités Secretariat 2, Chemin de Palente F-25000Besançon; Energie-Cités Bureau Bruxelles 157, avenue Brugmann B-1190 Bruxelles	1)	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo de Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	1)	
CIM do Ave - Comunidade Intermunicipal do Ave	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1 4800-019 Guimarães		
APHVIN/GEHVID - Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho	Rua da Restauração, n.º 318 Porto 4050-501 Porto	1)	
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	Rua Stº António das Travessas, 26 - 1.º andar 4700-040 Braga		
REC - Associação Rede Economias Criativas	Edifício dos Paços do Concelho de Óbidos Largo de São Pedro 2510-086 Óbidos		
IDEGUI - Instituto de Design de Guimarães - Associação para a Regeneração Económica	Rua da Ramada n.º 52 4810-445 Guimarães	1)	
APCV - Associação Portuguesa de Corredores Verdes	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente Edifício Departamental, Gabinete 419 Campus da Caparica 2829 - 516 Caparica		
Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149 - 015 Lisboa		
APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Campus Gualtar 4710 - 057 Braga		
Fundação Serralves	Rua D. João de Castro, 210 4150 - 417 Porto	1)	
ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais	Rua Cedofeita, n.º 431, R/C 4050-181 Porto	1)	
ProChild CoLab	Campus de Azurém 4804-533 Guimarães	1)	
ICLEI - Local Governments for Sustainability - European Secretariat	Leopoldring 3 79098 Freiburg Germany	1)	
AICE - Asociación Internacional de Ciudades Educadoras	Carrer Avinyó 15, Pl. 4a 08002 Barcelona		

(1) Relativamente a estas entidades o Município apenas contribui com uma quota anual.

Nota - 23 — Outras divulgações

23.1 – Isenções de taxas devido à COVID-19

Durante o ano de 2020, sucederam um conjunto de medidas para fazer face à pandemia do COVID-19, nomeadamente a isenção do pagamento de taxas.

A isenção das referidas taxas teve o seguinte impacto estimado:

Quadro 23.1 – Isenções de taxas devido à COVID-19

Receita	Valores s/IVA
Avepark	23 732,60 €
Vitrus - ZEDL	36 648,35 €
Ocupação da Via Pública	21 495,74 €
Estação Central Camionagem	52 401,92 €
Mercados e Feiras	245 564,86 €
TOTAL GERAL	379 843,47 €

23.2 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Quadro 23.2 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2020
Subcontratos	6 466 498,15
Transportes escolares	1 433 973,09
Cantinas escolares	1 508 832,24
Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos e Urbanos	1 843 237,81
Iluminação Pública	1 942 530,49
Trabalhos especializados	3 536 622,06
Publicidade, comunicação e imagem	197 709,33
Vigilância e Segurança	1 288 721,86
Honorários	517 206,84
Comissões de cobrança	781 751,77
Conservação e reparação	2 447 257,55
Materiais de consumo	1 657 201,99
Energia e fluídos	3 094 995,48
Deslocações, estadas e transportes	503 121,90
Contencioso e notariado	2 280,10
Rendas e alugueres	687 403,04
Comunicação	759 832,38
Seguros	338 208,66
Limpeza higiene e conforto	326 870,45
Outros	2 100 930,62
Total	31 435 185,81

23.3 – Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Quadro 23.3 – Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos	2020
Transferências correntes concedidas	5 340 024,88
Fundos e serviços autónomos	0,00
Associações de Municípios	364 434,23
Freguesias	1 420 019,99
Empresas Locais	14 034,28
Instituições sem fins lucrativos	3 029 767,60
Famílias	511 768,78
Subsídios correntes concedidos	1 173 686,64
Empresas Locais	0,00
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 173 686,64
Transferências de capital concedidas	4 457 938,69
Associações de Municípios	285 404,51
Freguesias	2 000 449,63
Instituições sem fins lucrativos	2 149 899,78
Famílias	17 299,17
Outros	4 885,60
TOTAL	10 971 650,21

23.4 – Mapa da dívida bruta consolidada

	Participação	Passivo Total	Provisões (conta 29 - SNC)	Credores por acréscimo de gastos (Conta 2722 - SNC)	Rendimentos a reconhecer (conta 2822 - SNC)	Operações não Orçamentais	FAM	Empréstimos bancários excluídos do cálculo	Dívida Total	Dívida Total a imputar ao MG
MG		40 472 203,41	1 057 239,22	5 094 766,14	5 445 740,94	2 151 123,74			26 723 333,37	
Oficina	84,1100%	497 617,66		208 850,03		206,25			288 561,38	242 708,98
Turitermas	95,4600%	5 964 751,37		136 455,15					5 828 296,22	5 563 691,57
Turipenha	83,2400%	244 056,16		192 716,25					51 339,91	42 735,34
Tempo Livre	89,0000%	1 046 735,72		259 896,86		43 835,76			743 003,10	661 272,76
Fraterna	88,6800%	776 568,88		145 676,78	406 152,66				224 739,44	199 298,94
Vitrus (*)	100,0000%	1 243 423,32		298 703,08		39 197,13			905 523,11	905 523,11
CASFIG (*)	100,0000%	323 036,77		52 219,76		5 414,63			265 402,38	265 402,38
Vimágua (*)	90,0000%	36 430 814,84	109 171,30	2 226 917,22	7 147 827,20	43 297,91	8 925 192,55		17 978 408,66	16 180 567,79
Laboratório da Paisagem	83,3300%	56 760,90		23 143,72					33 617,18	28 013,20
CCVG	92,8571%	31 961,91		22 270,86					9 691,05	8 998,83

(*) – A entidade não contribui para a dívida bruta a imputar ao MG, pois apresentou resultados positivos.

23.5 – Outras divulgações

O fiscal único do Município de Guimarães é a entidade Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda, sendo os honorários relativos ao ano 2020 de € 12.213,90, com Iva incluído.

Não existem dívidas ao “Estado e outros entes públicos” em situação de mora.

A contabilidade de gestão ainda não se encontra totalmente implementada não sendo possível apresentar as divulgações pelo normativo para esta matéria. De referir, contudo, que o apuramento dos gastos e rendimentos não foram influenciados por esta limitação.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	Recebimentos	2020	2019	Rubrica	Pagamentos	2020	2019
	Saldo de gerência anterior	18 547 466,28 €	17 407 477,26 €				
	Operações orçamentais [1]	16 334 866,77 €	15 117 394,00 €				
	Restituição do saldo oper. orçamentais	16 334 866,77 €	15 117 394,00 €				
	Operações de tesouraria [A]	2 212 599,51 €	2 290 083,26 €				
	Receita corrente	82 900 319,78 €	80 492 576,67 €		Despesa corrente	60 990 543,25 €	61 765 788,14 €
R1	Receita fiscal	33 427 349,96 €	34 355 567,58 €	D1	Despesas com o pessoal	27 319 095,52 €	27 693 752,92 €
R11	Impostos diretos	33 427 349,96 €	34 355 567,58 €	D11	Remunerações Certas e Permanentes	20 845 142,08 €	20 984 110,01 €
R12	Impostos indiretos		2 462 468,15 €	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	421 410,88 €	503 946,84 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção			D13	Segurança social	6 052 542,56 €	6 205 696,07 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	6 037 429,96 €	1 910 887,02 €	D2	Aquisição de bens e serviços	19 339 947,43 €	21 576 574,26 €
R4	Rendimentos de propriedade	3 168 549,03 €	3 266 824,17 €	D3	Juros e outros encargos	173 908,50 €	209 129,04 €
R5	Transferências e subsídios correntes	37 074 170,11 €	34 236 568,83 €	D4	Transferências e subsídios correntes	12 945 558,78 €	10 516 949,54 €
R51	Transferências correntes	37 074 170,11 €	34 236 568,83 €	D41	Transferências correntes	5 543 435,82 €	5 017 451,23 €
R511	Administrações Públicas	37 074 170,11 €	33 702 263,87 €	D411	Administrações Públicas	1 784 454,22 €	1 616 279,39 €
R5111	Administração Central - Estado	37 059 170,11 €	33 667 602,19 €	D4111	Administração Central - Estado		
R5112	Administração Central - Outras	15 000,00 €	34 661,68 €	D4112	Administração Central - Outras		1 246,99 €
R5113	Segurança Social			D4113	Segurança Social		
R5114	Administração Regional			D4114	Administração Regional		
R5115	Administração Local		532 694,96 €	D4115	Administração Local	1 784 454,22 €	1 615 032,40 €
R512	Exterior - U E		1 610,00 €	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	3 032 259,54 €	2 909 992,64 €
R513	Outras			D413	Famílias	511 304,99 €	491 179,20 €
R52	Subsídios correntes			D414	Outras	215 417,07 €	
R6	Venda de bens e serviços	2 966 437,60 €	4 128 183,36 €	D42	Subsídios Correntes	7 402 122,96 €	5 499 498,31 €
R7	Outras receitas correntes	226 383,12 €	132 077,56 €	D5	Outras despesas correntes	1 212 033,02 €	1 769 382,38 €
	Receita de capital	10 807 389,27 €	7 249 111,56 €		Despesa de capital	23 914 111,00 €	24 840 546,60 €
R8	Venda de bens de investimento	187 024,12 €	184 918,85 €	D6	Aquisição de bens de capital	19 339 666,61 €	13 711 041,19 €
R9	Transferências e subsídios de capital	10 620 365,15 €	6 795 960,63 €	D7	Transferências e subsídios de capital	4 574 444,39 €	5 538 694,58 €
R91	Transferências de capital	10 620 365,15 €	6 795 960,63 €	D71	Transferências de capital	4 574 444,39 €	5 538 694,58 €
R911	Administrações Públicas	10 620 365,15 €	6 795 960,63 €	D711	Administrações Públicas	2 407 245,44 €	
R9111	Administração Central - Estado	10 554 178,05 €	6 775 226,87 €	D7111	Administração Central - Estado		
R9112	Administração Central - Outras	66 187,10 €	20 733,76 €	D7112	Administração Central - Outras		
R9113	Segurança Social			D7113	Segurança Social		
R9114	Administração Regional			D7114	Administração Regional		
R9115	Administração Local			D7115	Administração Local	2 407 245,44 €	2 091 380,18 €
R912	Exterior - U E			D712	Entidades do Setor não Lucrativo	2 149 899,78 €	3 375 661,71 €
R913	Outras			D713	Famílias	17 299,17 €	71 652,69 €
R92	Subsídios de capital			D714	Outras		
R10	Outras receitas de capital		253 673,66 €	D72	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	40 347,56 €	34 090,53 €	D8	Outras despesas de capital		1 200,00 €
	Receita efetiva [2]	93 748 056,61 €	87 809 249,09 €		Despesa efetiva [5]	84 904 654,25 €	81 016 723,91 €
	Receita não efetiva [3]	1 011 142,64 €	14 558,42 €		Despesa não efetiva [6]	5 478 840,09 €	5 589 610,83 €
R12	Receita com ativos financeiros	11 142,64 €	14 558,42 €	D9	Despesa com ativos financeiros	129 444,75 €	258 889,50 €
R13	Receita com passivos financeiros	1 000 000,00 €		D10	Despesa com passivos financeiros	5 349 395,34 €	5 330 721,33 €
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações				Soma [7] = [5] + [6]	90 383 494,34 €	86 606 334,74 €
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	111 094 066,02 €	102 941 201,51 €		Operações de tesouraria [C]	1 064 219,89 €	6 017 279,76 €
	Operações de tesouraria [B]	1 002 744,12 €	5 939 796,01 €		Saldo para a gerência seguinte		
					Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	20 710 571,68 €	16 334 866,77 €
					Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	2 151 123,74 €	2 212 599,51 €
					Saldo global [2] - [5]	8 843 402,36 €	6 792 525,18 €
					Despesa primária	84 730 745,75 €	80 807 594,87 €
					Saldo corrente	21 909 776,53 €	18 726 788,53 €
					Saldo de capital	-13 106 721,73 €	-17 591 435,04 €
					Saldo primário	9 017 310,86 €	7 001 654,22 €
					Receita total [1] + [2] + [3]	111 094 066,02 €	102 941 201,51 €
					Despesa total [5] + [6]	90 383 494,34 €	86 606 334,74 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	n	n-1	Rubrica	OBRIGAÇÕES	n	n-1
	Receita corrente	7 702 595,99 €	7 472 812,28 €		Despesa corrente	2 227 475,95 €	1 916 809,21 €
R1	Receita fiscal			D1	Despesa com pessoal	279 255,20 €	3 600,00 €
R11	Impostos diretos			D11	Remunerações Certas e Peramentes	273 036,66 €	3 600,00 €
R12	Impostos indiretos			D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	6 218,54 €	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e			D13	Segurança Social		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	406 559,72 €	656 876,76 €	D2	Aquisição de bens e serviços	1 696 049,83 €	1 836 021,13 €
R4	Rendimentos de propriedade	6 447 745,60 €	5 847 301,00 €	D3	Juros e outros encargos		
R5	Transferências e subsídios correntes	11 292,30 €	8 795,00 €	D4	Transferências subsídios correntes	187 468,54 €	8 245,76 €
R51	Transferências correntes	11 292,30 €	8 795,00 €	D41	Transferências correntes	6 606,89 €	8 245,76 €
R511	Administrações Públicas	11 292,30 €	8 795,00 €	D411	Administrações Públicas		
R5111	Administração Central - Estado Português	11 292,30 €	8 795,00 €	D4111	Administração Central - Estado Português		
R5112	Administração Central - Outras entidades			D4112	Administração Central - Outras entidades		
R5113	Segurança Social			D4113	Segurança Social		
R5114	Administração Regional			D4114	Administração Regional		
R5115	Administração Local			D4115	Adminiotração Local		
R512	Exterior - U E			D412	Entidades do Sector não Lucratvo	6 143,10 €	8 245,76 €
R513	Outras			D413	Famílias	463,79 €	
R52	Subsídios correntes			D414	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	835 417,78 €	956 005,39 €	D42	Subsídios Correntes	180 861,65 €	
R7	Outras receitas correntes	1 580,59 €	3 834,13 €	D5	Outras despesas correntes	64 702,38 €	68 942,32 €
	Receita de capital		187,50 €		Despesa de capital	437 303,38 €	399 293,71 €
R8	Venda de bens de investimento			D6	Aquisição de bens de capital	437 303,38 €	371 125,29 €
R9	Transferências e subsídios de capital			D7	Rtransferências e subsídios de capital		28 168,42 €
R91	Transferências de capital			D71	Transferências de capital		28 168,42 €
R911	Administrações Públicas			D711	Administrações Públicas		28 168,42 €
R9111	Administração Central - Estado Português			D7111	Administração Central - Estado Português		
R9112	Administração Central - Outras entidades			D7112	Administração Central - Outras entidades		
R9113	Segurança Social			D7113	Segurança Social		
R9114	Aministração Regional			D7114	Administração Regional		
R9115	Administração Local			D7115	Adminitração Local		28 168,42 €
R912	Exterior - U E			D712	Entidades do Setor não lucrativo		
R913	Outras			D713	Famílias		
R92	Subsídios de capital			D714	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D72	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	3 357,27 €	3 387,07 €	D8	Outras despesas de capital		
	RECEITA EFETIVA (2)	7 705 953,26 €	7 476 199,35 €	D9	Despesa com ativos financeiros		
	RECEITA NÃO EFETIVA (3)		187,50 €		DESPESA EFETIVA(5)	2 664 779,33 €	2 316 102,92 €
R12	Receita com ativos financeiros		187,50 €		DESPESA NÃO EFETIVA		
R13	Receita com passivos financeiros						
	RECEITA TOTAL 4=1+2+3	7 705 953,26 €	7 476 386,85 €		DESPESA TOTAL 7=5+6	2 316 102,92 €	2 664 779,33 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Introdução

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo municipal de Guimarães, relativas ao exercício de 2020, reportado a 31 de dezembro, foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública, concretamente a NCP 26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

De acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24) o perímetro de consolidação na Administração Local será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Assim, o perímetro de consolidação orçamental do Grupo municipal de Guimarães compreende as seguintes entidades:

Município de Guimarães

CASFIG Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, E.E.M.

Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade

Laboratório da Paisagem de Guimarães - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável

A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, C.I.P.R.L.

Tempo Livre - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL

Nos termos do exposto na NCP 26 (§§ 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

Tendo em conta que as prestações de contas de 2020, das entidades participadas incluídas no perímetro de acordo com a NCP 26, foram efetuadas no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às Contas de 2019, nos termos permitidos pelo n.º 2 do art.º 350 da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2021 e que dispõe que a *“prestação de contas relativa a 2020 das entidades pertencentes às Administrações Públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades reclassificadas, pode ser efetuada no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2019”* o perímetro é composto apenas pelo Município de Guimarães, uma vez que as restantes entidades que integram o perímetro de consolidação orçamental identificadas acima não aplicaram a NCP 26.